PROTOCOLO GERAL

Nr .....

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ASSUNTO

Nr.....

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90005/2025

UASG 160019 – HGuT

SALC – H Gu T **2025**

Interessado: Hospital de Guarnição de Tabatinga

Assunto: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90005/2025
Objeto: Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional.

Anexos: **Processo Administrativo nº 64597.005784/2024-68**

Movimento do Processo

DESTINO	D A T A			DESTINO	D A T A		
1				12			
2				13			
3				14			
4				15			
5				16			
6				17			
7				18			
8				19			
9				20			
10				21			
11				22			

MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o nº **64597.001106/2025-15**, que trata da realização de Processo Licitatório do tipo Dispensa Eletrônica **90005/2025,** para **Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional,** para o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT), conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos.

Tabatinga, 26 de maio de 2025.

[redacted]

VINICIUS CARVALHO DE JESUS – CAPITÃO
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DIEx Requisitório nº 798-Div Farm/S Dir/Dir
EB: 64597.001106/2025-15

Tabatinga, AM, 06 de março de 2025.

Do Chefe da Equipe de Planejamento
Ao Sr. Fiscal Administrativo
Assunto: Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional.

Anexos:
- Documento de Formalização de demanda;
- Gerenciamento de Risco;
- Estudo técnico preliminar;
- Pesquisa de Preço;
- Mapa comparativo;
- Relatório da Pesquisa de Preços;
- Termo de Referência;
- Aviso de Dispensa Eletrônica

Nos termos contido no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas do HGuT, no sentido de aprovar **abertura de licitação** para Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional para o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT).

[redacted]

MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Chefe da Equipe de Planejamento

Despacho do Fiscal Administrativo:	**Despacho do OD:**
1. Sou de parecer que seja realizado tal processo licitatório relacionado. Tabatinga, AM, 26 de maio de 2025. [redacted] **JORGE FELLIPE RANGEL DE OLIVEIRA – MAJ** Fiscal Administrativo do HGuT	1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência; Autorizo a realização do processo licitatório. 2. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor. 3. Publique-se. Tabatinga, AM, 26 de maio de 2025. [redacted] **ALEXANDRE RABELLO COSTA ALVES – TC** Ordenador de Despesas Substituto do HGuT

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90005/2025
(Processo Administrativo nº 64597.001106/2025-15)

Órgão: Hospital de Guarnição de Tabatinga	
Setor Requisitante:	Equipe de Planejamento
Responsável pela Demanda:	**MARIANA** DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Telefone:	(21) 99493-3035
E-mail:	marianaress@gmail.com / farmaciahgut@gmail.com

1. Objetivo da Contratação

O objeto da presente licitação é o serviço de manutenção corretiva com troca de peças de 1 (uma) unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional.

2. Justificativa da necessidade da contratação

A contratação justifica-se em função da necessidade de reestabelecer o funcionamento do equipamento. Uma unidade unitarizadora Totalpack X-40, é uma máquina que embala e unitariza medicamentos, como comprimidos, em embalagens herméticas, ou seja, fechadas ao ambiente externo e com pouco ar dentro. Ela também pode incluir um sistema que ajuda na leitura do texto da etiqueta do medicamento.

O equipamento traz maior segurança na unitarização dos medicamentos, rastreabilidade, agilidade no momento da dispensação, segurança no processo de administração dos medicamentos e consequentemente melhora na segurança do paciente, pois permite utilizar cores para

diferenciar medicamentos controlados, de alta vigilância, dos comuns, além de utilizar sinalizações para trazer alertas na utilização do medicamento, o retorno da utilização desse equipamento trará mais qualidade e a segurança da assistência à saúde, apresentamos a justificativa para a contratação de serviço especializado, visando a continuidade e a eficiência das operações do Hospital de Guarnição de Tabatinga.

- *Detalhes da função da unitarizadora:*
- ***Unitarização:***
- *A principal função é embalar doses individuais de medicamentos, seja em blisters, ampolas ou kits.*
- ***Embalagem hermética:***
- *A embalagem é projetada para ser fechada ao ambiente externo, protegendo o medicamento de contaminação e garantindo a integridade.*
- ***Identificação visual:***
- *A unidade pode incluir sistemas que ajudam na identificação visual da forma de administração do medicamento, como tarjas que classificam o risco, de acordo com informações de um pregão eletrônico do Portal Gov.br.*
- ***Leitura de etiquetas:***
- *Algumas unidades incluem um sistema que facilita a leitura do texto da etiqueta do medicamento, de acordo com a apresentação do Sistema de Unitarização de Medicamentos da Sigeral.*
- ***Soluções para diversos formatos:***
- *As unitarizadoras podem lidar com diversos formatos de medicamentos, como comprimidos, ampolas, frascos-ampolas e kits.*

A farmácia hospitalar desempenha um papel crucial na terapêutica do paciente, que ocorre através na dispensação de medicamentos aos pacientes internados, que precisa ocorrer de modo seguro para evitar danos aos pacientes e facilitar a utilização dos profissionais de saúde.

A falta de manutenção adequada pode acarretar riscos, como erros de

dispensação, dificuldade de identificar os medicamentos diferenciais e pode comprometer a qualidade no atendimento.

3. Quantidade de serviço a ser prestado

Vista a especificidade do equipamento da unitarizadora modelo Totalpack X-40 e dos serviços identificados como necessários para sua manutenção e revitalização, será necessário a prestação de 1 (um) serviço. Assim como, o serviço deverá apresentar garantia de, no mínimo, 90 dias após a execução da manutenção corretiva, prazo recomendado a contar da finalização do serviço.

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços.

O serviço deverá ser iniciado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da retirada/envio da Nota de Empenho, e será considerada como recusa formal a falta do serviço no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela licitante e reconhecido pelo HGUT.

O serviço deverá ser realizado na cidade de Tabatinga em local, data e horário estabelecido pelo HGUT, localizada no endereço: Avenida da Amizade, nº 887, Centro. CEP 69640-000, Tabatinga/AM, onde será verificada a conformidade entre o que foi empenhado, conforme constante no Termo de Referência.

Horário de funcionamento: Segunda a quinta-feira de 07:00 as 11:00 e de 13:00 as 14:30. Sexta-feira de 07:00 as 11:30.

A previsão de data em que deve ser iniciada a realização dos serviços dos itens objeto deste certame licitatório depende de fatores tais como: tempo necessário para que o pregão seja operado.

5. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento:		
FUNÇÃO/CARGO	**NOME**	**IDENTIDADE**
Integrante presidente da Equipe de Contratação	**Mariana de Rezende Silva Almeida**	**060406997-1**
Integrante(s) requisitante(s)	**Thaciane da Silva Ferreira**	**121034997-1**
Fiscal (*)	*	

(*) Sempre que for possível identificar o(s) servidor(es) que participar(ão) da fiscalização do contrato, o(s) qual(is) poder(ão) ser convidado(s) a participar do Planejamento da Contratação.

6. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no item 2 do presente documento e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo II.

Tabatinga – AM, 26 de maio de 2025.

[redacted]

MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA – 1° Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

THACIANE DA SILVA FERREIRA – 1° Ten
Membro da Equipe de Planejamento

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 1/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Seção de Farmácia	07/03/2025 00:00	160019	MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA

Descrição sucinta do objeto

O objeto da presente licitação é o serviço de manutenção corretiva com troca de peças de uma unitarizadora modelo Totalpack X-40 e treinamento operacional.

2. Justificativa de Necessidade

2.1. A aquisição do serviço em tela se justifica em função da necessidade de reestabelecer o funcionamento da única unitarizadora modelo Totalpack X-40 do Hospital de Guarnição de Tabatinga, equipamento de suma importância e que sua utilização traz maior segurança na unitarização dos medicamentos, rastreabilidade, agilidade no momento da dispensação, segurança no processo de administração dos medicamentos e consequentemente melhora na segurança do paciente, pois, permite utilizar cores para diferenciar medicamentos controlados, de alta vigilância, dos comuns, além de utilizar sinalizações para trazer alertas na utilização do medicamento o retorno da utilização desse equipamento trará mais qualidade e a segurança da assistência à saúde, apresentamos a justificativa para a contratação de serviço especializado, visando a continuidade e a eficiência das operações do setor da farmácia hospitalar.

2.2. A farmácia hospitalar desempenha um papel crucial na terapêutica do paciente, que ocorre através na dispensação de medicamentos aos pacientes internados, que precisa ocorrer de modo seguro para evitar danos aos pacientes e facilitar a utilização pelos profissionais de saúde.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	MANUTENÇÃO APARELHOS MÉDICOS - HOSPITALARES	1,00	37.178,21	37.178,21

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA

Chefe da Equipe de Planejamento

Despacho: Equipe de planejamento

THACIANE DA SILVA FERREIRA

Equipe de planejamento

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	Por não ter sido previsto em data oportuna.	MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA	05/02/2025 18:06

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Em consequência:
- o militar deverá se apresentar pronto para o serviço em 16 DEZ 24.
- os demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota BI Nº 52208, de 10 DEZ 24, da CCSv)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. Alterações de Oficiais

Passagem de Cargos - Concessão

Concedo a contar de 11 de dezembro de 2024, o prazo de até 04 (quatro) dias úteis, para a passagem e recebimento de material carga, transmissão e assunção dos encargos referente a função de **Secretário** desta OMS, de acordo com o Parágrafo 1º do Art. 125 e item III do Art. 131, ambos da Portaria nº 1.555, do Comandante do Exército, de 21 ABR 22 (Aprova o Regulamento de Administração do Exército– RAE).

1° Ten QAO **ERINALDO** CLEMENTE DE MELO
- Substituto
1° Ten QAO JOSÉ **ROBERTO** RODRIGUES DE SOUSA
- Substituído

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.
(Nota nº 52203, de 10 de dezembro de 2024 , confeccionada pela Div Pes)

Concedo a contar de 11 de dezembro de 2024, o prazo de até 04 (quatro) dias úteis, para a passagem e recebimento de material carga, transmissão e assunção dos encargos referente a função de **Chefe da Divisão de Enfermagem** desta OMS, de acordo com o Parágrafo 1º do Art. 125 e item III do Art. 131, ambos da Portaria nº 1.555, do Comandante do Exército, de 21 ABR 22 (Aprova o Regulamento de Administração do Exército– RAE).

1° Ten Enf AMANDA **ELIÚDE** SANTANA
- Substituída
1° Ten Enf **LUAN** FELIPE SALES DE OLIVEIRA
- Substituto

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.
(Nota nº 52207, de 10 de dezembro de 2024 , confeccionada pela Div Pes)

b. PROCESSOS LICITATÓRIOS

Designação - Dispensa

Designo os seguintes militares abaixo, de acordo com o inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133, 1º de abril de 2021, para realização da Dispensa Eletrônica nº 21/2024 - **Contratação de serviços de manutenção corretiva da Unitarizadora Totalpack X-40**, em conformidade ao Planejamento do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC. A Dispensa Eletrônica será realizada para atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Tabatinga.
Processo: Dispensa Eletrônica nº 21/2024
Objeto: Contratação de serviços de manutenção corretiva da Unitarizadora Totalpack X-40
Responsável pelo Planejamento da Contratação: 1º Ten Mariana Rezende

Data da Entrega da Requisição: 15/01/2025.

1° Ten Farm **MARIANA** DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA
2° Ten OFT **THACIANE** DA SILVA FERREIRA

Em consequência, a SALC, Ch da Lavanderia e demais interessados tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes em conformidade com a legislação em vigor.

(Nota nº 52196, de 9 de dezembro de 2024, da SALC)

c. PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Ocupação - Manifestação de Interesse

Manifestou interesse em ocupar PNR, por intermédio de documento específico protocolado na Fiscalização Administrativa, em 09 de dezembro de 2024, conforme prevê Art. 15, da Portaria C Ex nº 1.846 de 04 de outubro de 2022, que aprova as Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), 2ª Edição, 2022, o seguinte militar:

1° Ten Med **EMERSON** LIMA GONDIM FILHO

Em consequência:
- Fiscalização Administrativa tome as devidas providências e inclua o militar na fila de espera; e
- os demais interessados tomem conhecimento.

(Nota para BI nº 52199, de 10 DEZ 2024, da Fiscalização Administrativa)

d. ETAPA DE ALIMENTAÇÃO

Ordem de Saque

-SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO – MOVIMENTO DE ETAPAS.
Publico o movimento de etapas realizadas para o dia 10 de Dezembro de 2024 (Terça-feira), conforme abaixo discriminado:

CLASSE DE EFETIVOS	**TIPO**	**CAFÉ**	**ALMOÇO**	**JANTAR**	**TIPO**
OFICIAIS	**QR**	17	3	3	C HOSP
ST/SGT	**QR**	26	1	1	-
CB/SD	**QR**	105	19	19	-
FUNCIONÁRIO CIVIL	**QR**	8	3	3	-
MILITAR BAIXADO	**QR**	-	-	-	-
ACOMP. DE MIL	**QR**	-	-	-	-
DEP. DE MIL	**QR**	1	1	1	-
TOTAL		164	27	27	-

CLASSE DE EFETIVOS	**TIPO**	**CAFÉ**	**ALMOÇO**	**JANTAR**	**TIPO**
ACOMP. DE DEP	**QR**	1	1	1	C HOSP
PACIENTE CIVIL	**QR**	3	3	3	-

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ªRM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

MAPA COMPARATIVO - DISPENSA ELETRÔNICA nº 90005/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64597.005784/2024-68

Item	Descrição do Item	Nome Orgão Público/ Nome Fornecedor (Empresa)	Qtd	Valor Unitário	Valor Médio	Total Máximo
1	Manutenção Corretiva da Unitarizadora TotalPack e Treinamento	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 10.407,96	R$9.438,64	R$9.438,64
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 7.407,96		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 10.500,00		
2	DRIVE	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	3	R$ 2.200,00	R$2.322,50	R$6.967,50
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 2.066,99		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 2.700,50		
3	Cabeça de impressão	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 12.200,00	R$10.535,02	R$10.535,02
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 9.129,07		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 10.276,00		
4	Resistências	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 350,00	R$258,00	R$258,00
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 323,53		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 581,00		
5	Termopar	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 65,00	R$63,61	R$63,61
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 50,53		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 75,30		
6	Pirômetro	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 1.500,00	R$1.735,29	R$1.735,29
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 1.455,88		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 2.250,00		
7	Compressor	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 2.600,00	R$2.699,56	R$2.699,56
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 2.516,34		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 2.982,34		
8	Eletrovávula	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 603,00	R$653,09	R$653,09
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 503,27		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 853,00		
9	Mangueira compressor	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 270,00	R$273,88	R$273,88
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 251,63		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 300,00		
10	Conector engate	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	2	R$ 10,00	R$12,56	R$25,12
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 8,00		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 19,68		
11	Borracha mordente	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 250,00	R$196,10	R$196,10
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 140,00		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 198,30		
12	Borracha batente impressora	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 600,00	R$578,75	R$578,75
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 400,00		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 736,25		
13	Manómetro	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 250,00	R$374,17	R$374,17
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 213,89		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 658,63		
14	Sensor de tarja	SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1	R$ 4.494,04	R$3.379,48	R$3.379,48
		SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA		R$ 2.375,39		
		ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA ME		R$ 3.269,00		
VALOR TOTAL						**R$37.178,21**

[redacted]

MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Chefe da Equipe de Planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
AVENIDA DA AMIZADE - TABATINGA (AM) - CEP 69640-000
E-mail: farmaciahgut@gmail.com

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64597.001106/2025-15

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada, em vista ao disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n˚ 65, de 07 de julho de 2021.

OBJETO: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação, por dispensa de licitação, para Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional, para atender as necessidades do Hospital de Guarnição de Tabatinga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1. **PERÍODO DA REALIZAÇÃO**: 10 de dezembro de 2024 a 04 de fevereiro de 2025.

2. **METODOLOGIA APLICADA**: o valor de referência foi aferido por meio de:
(x) Média ( ) Mediana ( ) Menor preço ( ) Outra

3. **FONTE DE PESQUISA**

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021:

( ) I - Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

( ) II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

( ) III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Sendo utilizado endereços eletrônicos mais trafegáveis como em sites especializados e de amplo domínio.

(x) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

( ) V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Não usada essa modalidade de pesquisa, por ter sido adquirido outros parâmetros.

Nota: § 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação

contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

4. ANÁLISE DA PESQUISA

Conforme a pesquisa de preços foi utilizado o **inciso IV** como fonte de consulta.

No decorrer do levantamento de preços, foram encaminhados e-mails para 03 (três) empresas que trabalham com o serviço pertinente ao objeto da pesquisa.

A contratação para este hospital, mediante a localidade geográfica, possui preços elevados (*fora do mercado*), devido a logística, caraterística do município de Tabatinga/AM que está localizado na Região do Alto Solimões, distante 1.000Km em linha reta da capital Manaus/AM e aproximadamente 1.600km por via fluvial, logo os meios de transporte se restringem aos modais aéreo e hidroviário.

Após a pesquisa realizada, elaboramos o mapa comparativo, por fim chegou-se ao valor total de referência conforme quadro abaixo:

Preço de Referência	R$37.178,21 (trinta e sete mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos)

Os preços foram considerados vantajosos, em virtude de estarem compondo uma pesquisa de preços idônea para a obtenção do preço final.

Afirmamos portanto, que os preços refletem a realidade atual do mercado para serviços com inclusão de peças, dessa natureza.

5. ANEXOS

A documentação comprobatória contendo as folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

Tabatinga/AM, 26 de maio de 2025

[redacted]

MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA **– 1º Tenente**
Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

THACIANE DA SILVA FERREIRA **– 1º Tenente**
Equipe de Planejamento

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

DISPENSA ELETRÔNICA	RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO	DATA DA CRIAÇÃO
90005/2025	MARIANA DE REZENDE SILVA ALMEIDA – 1º Tenente THACIANE DA SILVA FERREIRA – 1º Tenente	06/03/24
OBJETO DA MATRIZ DE RISCOS		
Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional.		

2. INTRODUÇÃO

2.1. No curso da contratação em tela, assim como em toda contratação, vislumbram-se a possibilidade de ocorrência de eventos negativos (riscos) que podem frustrar ou dificultar o atingimento do objetivo pretendido. O gerenciamento de riscos aqui implementado tem por finalidade mitigar a possibilidade de ocorrência desses eventos negativos.

2.2. Sendo assim, a seguir serão apresentados os principais riscos levantados pela Equipe de Planejamento da Contratação.

2.3. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

II - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

2.4. Entende-se por ação **preventiva**, ações a serem tomadas, com base nas causas dos riscos, de forma a evitar ou reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos.

2.5. Em contrapartida, as **ações de contingência**, são aquelas adotadas quando o evento negativo já ocorreu (materialização do risco) e visam minimizar o impacto da ocorrência.

3. RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 1 – ESPECIFICAÇÃO INSUFICIENTE PARA A CONTRATAÇÃO	
Probabilidade:	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
IMPACTO	
Serviços / Materiais adquiridos de forma que não atende as necessidades deste nosocômio.	
Ação Preventiva	**Responsável**
Elaboração do termo de referência, em especial a descrição dos itens o mais detalhado possível de forma que a empresa contratada saiba exatamente o que deve ser fornecido.	Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	**Responsável**
Analisar o fato ocorrido e se antes da homologação declinar o certame e após a revogação sanar todas falhas e republicar.	Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 2 – CONTRATADA NÃO CUMPRIR COM AS OBRIGAÇÕES

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

IMPACTO
Serviço realizado fora do prazo previsto. Dificultará as atividades realizadas pelos militares e civis que necessitam para realizar procedimentos, impactando negativamente nos serviços prestados por esta Organização Militar de Saúde (OMS).

Ação Preventiva	**Responsável**
Ao gerar nota de empenho o fiscal de contrato ficar atento aos prazos e solicitar ao fornecedor a ciência e se possível comprovação do envio dos colaboradores para prestar o serviço e sendo materiais através de rastreio de mercadorias, realizando tudo formalmente a fim de ter registros dos fatos.	Setor Requisitante / Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	**Responsável**
Intensificar a ligação com os fornecedores vencedores do certame, inclusive notificação formal em caso de atraso.	Setor Requisitante / Fiscal de Contrato

RISCO 3 – CONTRATADA ENTREGAR SERVIÇOS / MATERIAIS DE BAIXA QUALIDADE			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta

IMPACTO
O serviço ou material de baixa qualidade interfere na garantia do mesmo. Ou seja, sua durabilidade fica comprometida, fazendo com que seja necessária correção do serviço (em virtude da falha) e a troca do material em menor tempo previsto. Ferindo, assim, os princípios da eficiência e economicidade.

Ação Preventiva	**Responsável**
Ao gerar nota de empenho o setor requisitante ficará atento aos prazos e solicitar ao fornecedor a ciência e se possível comprovação do envio dos colabores para prestar o serviço e sendo materiais através de rastreio de mercadorias, realizando tudo formalmente a fim de ter registros dos fatos. Conferir se realmente o serviço/material esta atendendo ao Termo de Referência, pontuando em sua conferência qualquer visualização de fatos divergentes ao Fiscal Administrativo.	Setor Requisitante / Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	**Responsável**

Notificação da empresa por envio serviços / material não condizente com as descrições contidas no Edital. E, se necessário, sanção administrativa da contratada conforme Art. 92, XIV da Lei nº 14.133, de 2021.	Setor Requisitante / Fiscal de Contrato

RISCO 4 – NÃO FORMALIZAÇÃO DE PAPÉIS			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
IMPACTO			
Os atores que devem atuar na fase de gestão do contrato (gestor, fiscal requisitante, fiscal especialista, fiscal administrativo, preposto) se atuarem sem nomeação formal, podem levar ao questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Autoridade nomeia formalmente os representantes que atuarão na gestão do contrato, assim como seus substitutos eventuais.			SALC
Ação de Contingência			**Responsável**
Fiscal de Contratos exige, após assinatura do contrato e antes do início da execução contratual, que o representante legal da contratada apresente formalmente o preposto da contratada. O procedimento de apresentação formal do preposto deve ocorrer sempre que houver sua substituição ou ausência temporária.			Fiscal de Contratos

RISCO 5 – DEFICIÊNCIAS NOS MECANISMOS PARA A GESTÃO CONTRATUAL			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
IMPACTO			
Licitante não mantém a regularidade fiscal da habilitação na fase de execução contratual, levando ao pagamento de fornecedor em débito com a fazenda, com consequente impossibilidade de a fazenda pública ressarcir-se de valores devidos.			
Ação Preventiva			**Responsável**

Fiscal do contrato consulta no Sicaf manutenção da regularidade fiscal antes de cada pagamento e, em caso de irregularidade, executa os procedimentos art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.	Fiscal do contrato
Ação de Contingência	**Responsável**
Setor Requisitante deverá entrar em contato com a empresa para que a mesma tome as providências cabíveis para sanar a irregularidade.	Seção Requisitante

RISCO 6 – REQUISITOS DESNECESSÁRIOS			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
IMPACTO			
Definição de requisitos da contratação indevidos, levando a limitação da competição, com consequente elevação do preço contratado ou dependência (indevida) de um único fornecedor.			
Ação Preventiva		**Responsável**	
Equipe de planejamento da contratação elabora quadro identificando as soluções, de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc...) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verifica se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.		Equipe de Planejamento	
Ação de Contingência		**Responsável**	
Setor requisitante realiza adequação dos requisitos.		Seção Requisitante	

RISCO 7 – ESTIMATIVAS INADEQUADAS DE QUANTIDADES

Probabilidade:	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta

IMPACTO

Estimativa de quantidades maior/menor que as necessidades da organização, levando à sobra de produtos ou serviços, com consequente desperdício desses itens e de recursos financeiros.

a) celebração de aditivos contratuais que poderiam ter sido evitados (esses aditivos podem fazer com que o órgão sofra o efeito do "jogo de planilha", se os preços tiverem sido manipulados pela contratada);

b) perda do efeito de escala, no caso de celebração de aditivos ou de realização de novas contratações, o que leva a custo final maior do que no caso de se efetuar uma única contratação com a soma das quantidades contratadas separadamente; ou

c) utilização de orçamento superior ao previsto, o que pode levar ao cancelamento da contratação de outros itens previstos no planejamento conjunto das contratações.

Ação Preventiva	Responsável
Equipe de planejamento da contratação define método para estimar as quantidades necessárias (se preciso, deve buscar métodos e técnicas para estimar as quantidades dos itens da solução em outros órgãos/entidades) e documenta aplicação do método no processo de contratação. Equipe de planejamento da contratação deverá fazer levantamento exaustivo da necessidade, de modo a diminuir o risco de celebração de aditivos ou novas contrações.	Equipe de Planejamento
Ação de Contingência	**Responsável**
Fiscal do contrato de uma determinada solução armazena dados da execução contratual, de modo que a equipe de planejamento da contratação que elaborar os artefatos da próxima licitação da mesma solução ou de solução similar conte com informações de contratos anteriores, o que pode facilitar a definição das quantidades e dos requisitos da nova contratação.	Seção Requisitante

RISCO 8 – ANÁLISE DO MERCADO INADEQUADA

Probabilidade:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta

IMPACTO	
Utilização de somente uma solução do mercado como base para a definição de requisitos, levando ao direcionamento da licitação, com consequente aumento do valor contratado. Levantamento de mercado deficiente (não verificou que não existe fornecedor para a solução como foi especificada), levando a licitação deserta (ou seja, nenhuma proposta é apresentada na licitação), com consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Ação Preventiva	**Responsável**
Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, visita a feiras, consulta a publicações especializadas (comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores.	Equipe de Planejamento
Ação de Contingência	**Responsável**
A equipe de planejamento deverá utilizar seguir Instrução Normativa n° 65, de 07 de julho de 2021 para melhor atendimento das normas vigentes, caso seja detectado valores dessarroados da licitação homologada.	Equipe de Planejamento

4. MATRIZ DE RISCOS

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA				
	ALTA			RISCO 07 RISCO 08
	MÉDIA		RISCO 02 RISCO 05	RISCO 01 RISCO 03
	BAIXA		RISCO 04	RISCO 06
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE /IMPACTO			

5. RESPONSÁVEIS / ASSINANTES

EQUIPE DE PLANEJAMENTO
Equipe de Planejamento: Boletim Interno Nr 236, de 10/12/2024

Tabatinga/AM, 06 de maio de 2025.

[redacted]

MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

THACIANE DA SILVA FERREIRA – 1º Tenente

Membro da Equipe de Planejamento

DIEx Simplificado Nº 798-Div Farm/S Dir/Dir
EB: 64597.001106/2025-15

Tabatinga, AM, 6 de março de 2025.

Do Adjunto da Farmácia

Ao Sr Chefe da Divisão de Farmácia, Chefe da Seção de Aquisicões, Licitações e Contratos

Assunto: dispensa para manutenção corretiva de Unitarizadora de Medicamentos

Referências:
a) Diex Simplificado nº 607-Div Farm/S Dir/Dir, de 10 FEV 25.

Anexos:
1) 1 - Aviso de Dispensa Eletrônica ok.docx
2) 2 - Gerenciamento de Risco -OK.docx
3) 4 - Relatório da Pesquisa - ok.doc
4) 4. Termo de Referência - ok.docx
5) 4.1 - DFD - Documento de Formalização da Demanda - OK.docx
6) 5 - ETP - Mnt Prev.docx
7) 6 - ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato - Ok.docx
8) 7 - ANEXO III - Modelo de Planilha de custos e Formação de Preços - ok.docx
9) 10 - Mapa Comparativo-OFICIAL.xls

Diante do assunto em epígrafe, segue anexo as documentações corrigidas, conforme solicitado.

THACIANE DA SILVA FERREIRA - 2º Ten
Adjunto da Farmácia

**OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA:
HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS!**

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **2º Ten THACIANE DA SILVA FERREIRA**, em 06/03/2025, às 16:04 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

2zbi-pjgS-6uo+-DbZt

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90005/2025
(Processo Administrativo nº 64597.005784/2024-68)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da Unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional para o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und	Qnt	Valor estimado
1	5428	Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. Serviços compreendidos de manutenção: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento Treinamento operacional Peças trocadas: Drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, Pirômetro, compressor, eletroválvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro, sensor de tarja.	Sv	1	R$ 37.178,21
Valor Total					**R$ 37.178,21**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [00394452000103-0-000169/2025];

II) Data de publicação no PNCP: [08/05/2024];

III) Id do item no PCA: [897];

IV) Classe/Grupo: [871];

V) Identificador da Futura Contratação: [160019-27/2025].

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente Contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA:

4.1.1.1. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.1.2. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.1.1.2.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.1.2.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.1.1.2.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.1.2. O licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado dos produtos envolvidos em cada manutenção esteja devidamente registrado junto ao CTF/APP.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há vedação de marca ou produto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, não haverá a exigência.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato / Nota de Empenho.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução de trabalho:

5.1.2.1. Identificação da falha: É preciso que além das especificações técnicas lincadas ao item 1, a empresa realize o diagnostico corretamente do equipamento através da inspeção realizada ao final do serviço.

5.1.2.2. Realizar os serviços com equipe capacitada: Uma equipe com conhecimento técnico e experiência na área, além de estar treinada no uso de ferramentas e equipamentos, é fundamental para realizar o reparo de forma segura e eficiente.

5.1.2.3. Realizar o serviço com segurança: é crucial seguir normas e segurança durante a execução do serviço, incluindo o uso de equipamentos de proteção individual e a adoção de procedimentos adequados para cada tipo de falha;

5.1.2.4. Registrar as falhas encontradas e os reparos realizados: manter o registro detalhado da falha, do reparo realizado e das peças substituídas é importante para o acompanhamento e aprimoramento da gestão de manutenção.

5.1.2.5. A empresa poderá utilizar tecnologias como softwares de gestão de manutenção e dispositivos de monitoramento para auxiliar na identificação e prevenção de falhas, reduzindo a necessidade de novas manutenções corretivas.

5.1.2.6. O prazo para execução total dos serviços, poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto e sendo autorizado pela autoridade compentente.

5.1.2.7. A Contratada deverá seguir integralmente a especificação técnicas e as correspondentes das planilhas de quantitativos e preços classificado.

5.1.2.8. A Contratada deverá manter, durante a contratação, todas as condições exigidas na fase de habilitação da licitação.

5.1.2.9. Os serviços deverão ser executados pela equipe da empresa licitante vencedora;

5.1.2.10. Cronograma de realização dos serviços: a execução terá início em até 30 dias após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado em até 15 dias a contar da sua apresentação na unidade.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, HGuT, situado à Avenida da Amizade nº 887 – Centro, CEP 69.640-000 – Tabatinga – AM.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: horário local entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

5.4.1. A equipe da contratada deverá se apresentar ao Fiscal de Contrato designado, que acompanhará a equipe durante toda a execução do serviço.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1 A disponibilidade de ferramentas adequadas e peças de de reposição de qualidade é essencial para a execução eficiente do reparo, com isso as peças de reposição deverão ser apresentadas suas notas para controle e transparência do material trocado no equipamento;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O Hospital de Guarnição de Tabatinga encontra-se em Tabatinga/AM que está localizado na Região do Alto Solimões, distante 1.000Km em linha reta da capital Manaus/AM e aproximadamente 1.600km por via fluvial, logo os meios de transporte se restringem aos modais aéreo e hidroviário.

5.6.2. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV do Aviso de Contratação.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

7.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período [dos eventos ou etapas para fins de faturamento].

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XX (xxxxx) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **da assinatura do contrato ou documento equivalente.**

Cessão de crédito

7.39. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.39.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.39.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

~~8.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: que trata da dispensa de licitação para contratações de baixo valor, especificamente para aquelas com valor inferior a R$ 50.000,00 para serviços e compras. A justificativa para a escolha desta modalidade é baseada na simplicidade e celeridade que a contratação direta proporciona, especialmente em situações em que a licitação formal seria desproporcional ao valor da contratação.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos

consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade;

9.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1 quantidade de serviços executada compatível com o objeto da licitação.

9.31.1.2 Obedecido ao prazo de entrega em outros órgãos/entes.

9.31.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1. Para o Engenheiro: serviço objeto deste contrato deverá ser habilitado em Engenharia Clínica ou Técnico com formação específica, assim como possuir conhecimento técnico no referido equipamento.

9.34.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XXXX.

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R$ 37.178,21 (trinta e sete mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 167019/0001 – H GU TABATINGA

II) Fonte de Recursos: DGP

III) Programa de Trabalho: 215842

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: D8SACONVAMZ

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Tabatinga- AM, 26 de maio de 2025.



MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA **– 1º Tenente**
Chefe da Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO

Aprovo:

Nos termos do prescrito no art. 9º, inciso II e o 1º, do Dec. 5.450/05, aprovo este Termo de Referência, para realização de Dispensa de Licitação, e determino que os procedimentos licitatórios sejam realizados no sitio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Tabatinga- AM, 26 de maio de 2025



ALEXANDRE RABELLO COSTA ALVES – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas Substituto do HGuT

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 90005/2025

1. Informações Básicas

Número do Processo: **64597.005784/2024-68**

2. Descrição da Necessidade

2.1. Hospital de Guarnição de Tabatinga caracteriza-se como uma Organização Militar de Saúde, para garantir ao atendimento dos pacientes militares, civis, estrangeiros e indígenas, a contração do serviço desta dispensa eletrônica é necessária face aos atendimentos dos pacientes.

2.2. A assistência farmacêutica tem por atribuição selecionar material de consumo, capazes de solucionar a maioria dos problemas de saúde da população mediante uma terapia medicamentosa eficaz, segura e com custos racionais. A maioria das intervenções em saúde envolve o uso de medicamentos, e este uso pode ser determinante para a obtenção de menor ou maior resultado para os pacientes atendidos no HGuT.

2.3. Unitarizar é o processo de preparar os medicamentos na forma pronta, para ser administrados ao paciente. A máquina de unitarização e fracionamento de medicamentos, além de fácil operação para o colaborador, agiliza bastante o processo de dispensação de medicamentos por dose unitária.

São máquinas inovadoras na preocupação com a segurança do paciente, no processo de medicação, na possibilidade de orientação sobre riscos e alertas sobre os medicamentos para a equipe assistencial, evitando eventos adversos. Bem como, gera economia através do processo de montagem de kits com materiais e diluentes para administração de medicamentos.

O medicamento é a base fundamental, mas a forma de fracionamento e embalagem dele é capaz de aumentar a segurança do paciente. A manutenção desse equipamento que temos em nosso arsenal trará novamente a capacidade de melhoria na unitarização dos medicamentos, melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança do paciente.

2.4. O fracionamento da maior qualidade, com as possíveis diferenciações das embalagens, maior legibilidade e rastreabilidade de procedimento.

2.5. O serviço é destinado a atender as necessidades do Setor de Farmácia que desenvolve as seguintes atividades:

a. **Necessidade na área Hospitalar** - ofertar ao paciente atendimento adequado e de qualidade. O serviço é necessário e imprescindível tendo como objetivo principal:

   (1) – manutenir o equipamento e deixá-lo em condições de voltar a operar;

   (2) - melhoria na unitarização dos medicamentos, melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança dos

pacientes hospitalizados.

b. **Local –** Farmácia do HGuT

c. **Demonstrativo de Necessidades** – O serviço requisitado fez-se necessário devido a inoperância de um equipamento de grande relevância e valor. A prospecção de aumento de cirurgias e pacientes nesta Organização Militar de Saúde faz com a preocupação com a segurança do paciente aumente cada dia mais, a utilização da Unitarizadora faria com que fosse possível a realização de preparo de kits e unitarização de medicamentos, essas atividades trazem melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança dos pacientes hospitalizados.

2.6. Esta contratação é de serviço de manutenção corretiva com a finalidade de ampliar o apoio técnico-profissional da Farmácia Hospitalar solicitado pelo corpo clínico.

2.7. O sucesso da dispensa eletrônica viabilizará a prestação de Assistência Farmacêutica deste hospital, procedimento necessário para tratamento aos pacientes.

3. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação	**Mariana** de **Rezende** Silva Almeida – 1º Tenente
Membro da Equipe de Planejamento	**Thaciane** da Silva Ferreira – 2º Tenente

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço de manutenção corretiva deverá apresentar:

4.2. Garantia de, no mínimo, 90 dias após a execução da manutenção corretiva, prazo recomendado a contar da finalização do serviço no Hospital de Guarnição de Tabatinga.

4.3. A fornecedora do objeto deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às **diretrizes de responsabilidade ambiental**, em especial aos artigos 4º, 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e a Resolução 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA.

4.4. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

b) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

c) A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

4.5. A proposta deverá incluir, de forma clara, o nome das peças, a apresentação, o fabricante e o número completo de registro expedido pelo Órgão Regulamentador.

4.6. Não Haverá exigência de garantia contratual da execução do serviço, haja vista tratar-se de aquisição de serviços com entrega imediata, cujo pagamento somente será efetuado após a verificação do total atendimento às condições editalícias, conforme critério da Administração, no entanto a garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.7. A execução terá início em até 30 dias após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado em até 15 dias a contar da sua apresentação na unidade.

4.8. O serviço deverá ser executado nas dependências do HGuT durante o horário de expediente, seguindo o regulamento interno de vestimenta.

4.9. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para concluir o serviço ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando o levantamento de mercado foram realizadas pesquisas de preços utilizando o seguinte parâmetro, observado o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n˚65, de 07 de julho de 2021, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

5.2. A pesquisa foi realizada conforme inciso IV abaixo descrito como fonte de consulta.

( ) I - Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

( ) II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

( ) III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

(X) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

6. Descrição da Solução Como Um Todo

6.1. A especificação técnica, assim como as condições especiais de habilitação da empresa no ramo do objeto, está elencada no Edital e seus anexos.

6.2. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. O serviço deverá ser executado no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, situado na Avenida da Amizade, 887, Centro, CEP 69640-000, Tabatinga-AM, os serviços serão prestados no seguinte horário: horário local entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

6.4. Para fins de análise das propostas, as empresas concorrentes deverão enviar o portfólio do serviço e das peças originais com a identificação e as especificações detalhadas dos itens ofertados. Não serão aceitos documentos com colagem/prints de imagens com descrição de revendedor.

6.5. A estimativa de quantidade e valores foram mensurados conforme tabela abaixo, para a analise da planilha de formação de custos e formação de preços e de acordo com o ANEXO III do edital:

Item	Descrição do Item	Qtd	Valor Médio

1	Manutenção Corretiva da Unitarizadora TotalPack e Treinamento	**1**	R$9.438,64
2	DRIVE	**3**	R$2.322,50
3	Cabeça de impressão	**1**	R$10.535,02
4	Resistências	**1**	R$258,00
5	Termopar	**1**	R$63,61
6	Pirômetro	**1**	R$1.735,29
7	Compressor	**1**	R$2.699,56
8	Eletrovávula	**1**	R$653,09
9	Mangueira compressor	**1**	R$273,88
10	Conector engate	**2**	R$12,56
11	Borracha mordente	**1**	R$196,10
12	Borracha batente impressora	**1**	R$578,75
13	Manómetro	**1**	R$374,17
14	Sensor de tarja	**1**	R$3.379,48

7. Estimativa das Quantidades

7.1 O serviço encontra-se no Termo de Referência e foi definido de acordo com a necessidade de conserto do equipamento. Após o conserto do equipamento, ele entrará para o rol de manutenção da empresa ENGEMED ENGENHARIA CLÍNICA que realiza a engenharia clínica dos equipamentos do hospital, por isso a quantidade contida no descritivo.

8. Estimativa de Valor da Contratação

8.1. A estimativa do valor anual do contrato será de aproximadamente no valor total de R$37.178,21 (Trinta e sete mil, cento e setenta oito reais e vinte e um centavos).

8.2. **Pesquisa de preços:** utilizado os seguintes parâmetros, observado o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n˚65, de 07 de julho de 2021, a partir de pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores.

8.3. **Resultados:** os resultados foram consolidados, devidamente inclusos nos autos deste processo, contendo os valores da média das pesquisas de mercado por cada item que compõe o item do serviço a ser realizado.

As especificações técnicas do objeto, idealizadas pelo setor requisitante, apresentadas no processo, correspondem à real necessidade da administração militar, não caracterizando, em hipótese alguma, restrição indevida a competitividade.

Os valores de referência apresentados no presente estudo foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente pelo mercado, sendo observada, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda às prioridades elencadas da lei vigente.

Todas as informações, a descrição do objeto, valores estimados e suas quantidades estão descrito em tabela deste documento e no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento da Solução

9.1. A licitação será em 1 (um) único item, com o objetivo de ampliar ao máximo a disputa entre os licitantes para obtenção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas E/Ou Interdependentes

10.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação do serviço de manutenção é para atender a farmácia que fornece apoio as atividades fins, aos beneficiários como pacientes, bem como os profissionais do Hospital de Guarnição de Tabatinga, diretamente relacionados à determinação presente no Boletim Interno nº 236 de 10 de dezembro de 2024, onde consta a designação da militar que será responsável pelo planejamento da contratação do objeto deste estudo técnico desta OMS.

11.2. Faz parte dos Objetivos Estratégico do Plano de Gestão do HGuT 2022 - 2025:

11.2.1. OEO 1: Prestar assistência de saúde aos usuários, com qualidade e sustentabilidade, buscando maior índice de resolubilidade em nossa OMS.

11.2.2. OEO 2: Estabelecer critérios e ações de monitoramento e gerenciamento de processos, associando o planejamento das atividades de apoio ao das atividades-fim, otimizando o emprego dos recursos disponíveis na OMS, visando alcançar eficiência, eficácia e efetividade organizacional.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025].

11.4. Documento de Formalização de Demanda nº 01/2025.

11.5. A Portaria nº 123 - COLOG/C Ex, de 8 de agosto de 2022, discorre sobre a logística sustentável no âmbito do Exército Brasileiro. A contratação em pauta seguiu as determinações presentes nesta Portaria, assim como também foi consultado a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre o Plano Diretor de Logística Sustentável, tendo sido o processo em tela embasado por estas determinações.

12. Benefícios a serem alcançados com a aquisição

12.1. Melhoria no atendimento ao público interno deste Hospital;
12.2. Emprego judicioso dos recursos públicos;
12.3. Rastreamento dos medicamentos dispensados ao paciente;
12.4. Maior segurança do paciente;
12.5. Continuidade e valorização da gestão dos processos da Administração Pública.
12.6. Atender ao Princípio da Administração Pública.

13. Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato

13.1. Não se configura a necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes do objeto licitatório em questão.

14. Impactos Ambientais e Tratamentos

14.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade são os previstos na Guia Nacional de Licitação Sustentáveis.

14.2. Conforme o Plano de Gestão Estratégico Organizacional do HGuT 2022-2025, atende ao Objetivo Estratégico OEO 8: Contribuir com o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

15. Viabilidade (Ou Não) da Contratação

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta aquisição;

Justificativa da Viabilidade: Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação do serviço para o Hospital de Guarnição de Tabatinga é conveniente e oportuna, e, sobretudo, é fundamental para atender as necessidades da assistência farmacêutica do HGuT descritas neste Estudo Técnico Preliminar. Mostra-se, portanto, possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. Responsáveis

17.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Tabatinga, AM, 26 de maio de 2025.

[redacted]

MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

THACIANE DA SILVA FERREIRA – 1º Tenente
Membro da Equipe de Planejamento

PCA 2025 - 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

Última atualização: 17/03/2025

Id pca PNCP: 00394452000103-0-000169/2025

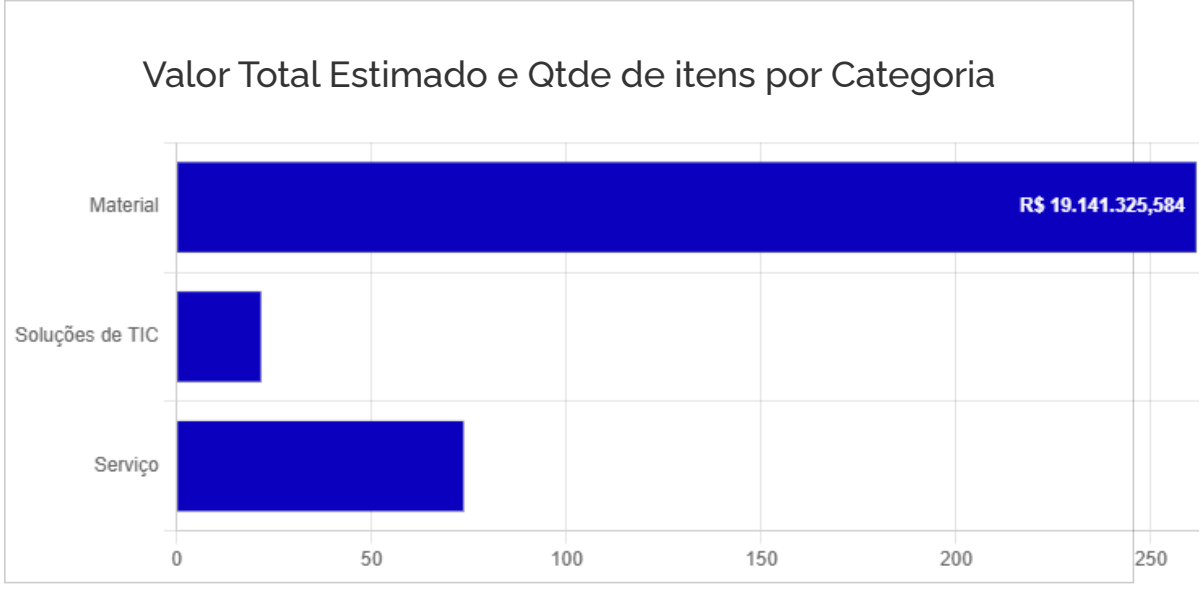
Data de publicação no PNCP: 08/05/2024

Local: Tabatinga/AM

Fonte: Compras.gov.br

Total de itens: 358

Valor Total estimado (R$): R$ 23.115.752,854



Detalhamento por Categoria

Material

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado
165	7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO	160019-5/2025	R$ 11.237,90
166	7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES	160019-5/2025	R$ 575.416,93
167	4140 - VENTILADORES, CIRCULADORES DE AR E VENTOINHAS	160019-5/2025	R$ 294,79
168	7230 - TAPEÇARIAS, CORTINAS E PERSIANAS	160019-5/2025	R$ 800,00
169	4110 - EQUIPAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO	160019-5/2025	R$ 3.663,41
170	6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES	160019-5/2025	R$ 3.026,24
171	6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES	160019-5/2025	R$ 2.500,00
172	6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	160019-5/2025	R$ 12.540,00
173	6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS	160019-5/2025	R$ 42.411,60
174	6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES	160019-5/2025	R$ 2.252,12

Exibir: 10 | 1-10 de 262 itens | Página: 1

Soluções de TIC

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado

661	142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	160019-6/2025	R$ 63.768,00
662	182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	160019-6/2025	R$ 7.800,00
663	7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA	160019-6/2025	R$ 678,67
664	7010 - COMPUTADORES	160019-6/2025	R$ 33.303,30
665	6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	160019-6/2025	R$ 8.775,56
666	6730 - EQUIPAMENTO PARA PROJEÇÃO FOTOGRÁFICA	160019-6/2025	R$ 3.980,00
667	7435 - EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA ESCRITÓRIO	160019-6/2025	R$ 9.897,00
668	7010 - COMPUTADORES	160019-6/2025	R$ 3.229,00
669	5965 - FONES, MICROFONES E ALTO-FALANTES	160019-6/2025	R$ 1.188,00
670	7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA	160019-6/2025	R$ 2.620,00

Exibir: 10 | 1-10 de 22 itens | Página: 1

Serviço

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado

503	881 - SERVIÇOS DE MANUFATURA EM INSUMOS FÍSICOS QUE SAO PROPRIEDADE DE OUTROS(EXCETO MAQUINARIA E EQUIPAMENTO)	160019-12/2025	R$ 483,30
504	881 - SERVIÇOS DE MANUFATURA EM INSUMOS FÍSICOS QUE SAO PROPRIEDADE DE OUTROS(EXCETO MAQUINARIA E EQUIPAMENTO)	160019-12/2025	R$ 786,70
505	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 853,36
506	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 806,70
507	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 610,00
508	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 244,00
509	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 106,67
510	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 307,34
511	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	160019-12/2025	R$ 93,34
512	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 90,00
513	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 291,65
514	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 386,65
515	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 908,35
516	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	160019-12/2025	R$ 154,00
517	891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO	160019-12/2025	R$ 68,00
518	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	160019-12/2025	R$ 31,65
519	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 83,66
520	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 120,66
521	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 55,00
522	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 110,00
523	881 - SERVIÇOS DE MANUFATURA EM INSUMOS FÍSICOS QUE SAO PROPRIEDADE DE OUTROS(EXCETO MAQUINARIA E EQUIPAMENTO)	160019-12/2025	R$ 570,00
524	873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	160019-12/2025	R$ 110,00
896	871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160019-26/2025	R$ 154.000,00
897	871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160019-27/2025	R$ 37.178,21

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Aviso de
Dispensa Eletrônica
90005/2025

CONTRATANTE (UASG)
160019

OBJETO
Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 37.178,21

DATA DA SESSÃO
De 03/06/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 10:00 até 16:00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA 3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA ECADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 6
4. FASE DE LANCES 7
5. JULGAMENTO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS 8
6. HABILITAÇÃO 11
7. CONTRATAÇÃO 12
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90005/2025

(Processo Administrativo nº 64597.005784/2024-68)

Torna-se público que o Hospital de Guarnição de Tabatinga, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 03/06/2025
Horário da Fase de Lances: Das 10:00 às 16:00 (Horário de Brasília)
Link: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp
Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação, por dispensa de licitação, de Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da Unitarizadora modelo Totalpack X-40 e com treinamento operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o ***menor preço,*** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Para o item 1 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)

do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 0,10 (dez centavos).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. contiver vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (Duas) horas**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

9.12.2 ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar;

9.12.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

9.12.4. ANEXO III - Modelo de Planilha de custos e Formação de Preços;

9.12.5. ANEXO IV - Instrumento de Medição de Resultado.

Tabatinga-AM, 25 de maio de 2025.



ALEXANDRE RABELLO COSTA ALVES – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas Substituto do HGuT

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90005/2025
(Processo Administrativo nº 64597.005784/2024-68)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da Unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional para o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und	Qnt	Valor estimado
1	5428	Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. Serviços compreendidos de manutenção: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento Treinamento operacional Peças trocadas: Drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, Pirômetro, compressor, eletroválvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro, sensor de tarja.	Sv	1	R$ 37.178,21
Valor Total					**R$ 37.178,21**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [00394452000103-0-000169/2025];

II) Data de publicação no PNCP: [08/05/2024];

III) Id do item no PCA: [897];

IV) Classe/Grupo: [871];

V) Identificador da Futura Contratação: [160019-27/2025].

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente Contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA:

4.1.1.1. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.1.2. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.1.1.2.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.1.2.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.1.1.2.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.1.2. O licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado dos produtos envolvidos em cada manutenção esteja devidamente registrado junto ao CTF/APP.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há vedação de marca ou produto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, não haverá a exigência.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato / Nota de Empenho.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução de trabalho:

5.1.2.1. Identificação da falha: É preciso que além das especificações técnicas lincadas ao item 1, a empresa realize o diagnostico corretamente do equipamento através da inspeção realizada ao final do serviço.

5.1.2.2. Realizar os serviços com equipe capacitada: Uma equipe com conhecimento técnico e experiência na área, além de estar treinada no uso de ferramentas e equipamentos, é fundamental para realizar o reparo de forma segura e eficiente.

5.1.2.3. Realizar o serviço com segurança: é crucial seguir normas e segurança durante a execução do serviço, incluindo o uso de equipamentos de proteção individual e a adoção de procedimentos adequados para cada tipo de falha;

5.1.2.4. Registrar as falhas encontradas e os reparos realizados: manter o registro detalhado da falha, do reparo realizado e das peças substituídas é importante para o acompanhamento e aprimoramento da gestão de manutenção.

5.1.2.5. A empresa poderá utilizar tecnologias como softwares de gestão de manutenção e dispositivos de monitoramento para auxiliar na identificação e prevenção de falhas, reduzindo a necessidade de novas manutenções corretivas.

5.1.2.6. O prazo para execução total dos serviços, poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto e sendo autorizado pela autoridade compentente.

5.1.2.7. A Contratada deverá seguir integralmente a especificação técnicas e as correspondentes das planilhas de quantitativos e preços classificado.

5.1.2.8. A Contratada deverá manter, durante a contratação, todas as condições exigidas na fase de habilitação da licitação.

5.1.2.9. Os serviços deverão ser executados pela equipe da empresa licitante vencedora;

5.1.2.10. Cronograma de realização dos serviços: a execução terá início em até 30 dias após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado em até 15 dias a contar da sua apresentação na unidade.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, HGuT, situado à Avenida da Amizade nº 887 – Centro, CEP 69.640-000 – Tabatinga – AM.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: horário local entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

5.4.1. A equipe da contratada deverá se apresentar ao Fiscal de Contrato designado, que acompanhará a equipe durante toda a execução do serviço.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1 A disponibilidade de ferramentas adequadas e peças de de reposição de qualidade é essencial para a execução eficiente do reparo, com isso as peças de reposição deverão ser apresentadas suas notas para controle e transparência do material trocado no equipamento;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O Hospital de Guarnição de Tabatinga encontra-se em Tabatinga/AM que está localizado na Região do Alto Solimões, distante 1.000Km em linha reta da capital Manaus/AM e aproximadamente 1.600km por via fluvial, logo os meios de transporte se restringem aos modais aéreo e hidroviário.

5.6.2. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV do Aviso de Contratação.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

7.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período [dos eventos ou etapas para fins de faturamento].

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XX (xxxxx) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **da assinatura do contrato ou documento equivalente.**

Cessão de crédito

7.39. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.39.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.39.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

~~8.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: que trata da dispensa de licitação para contratações de baixo valor, especificamente para aquelas com valor inferior a R$ 50.000,00 para serviços e compras. A justificativa para a escolha desta modalidade é baseada na simplicidade e celeridade que a contratação direta proporciona, especialmente em situações em que a licitação formal seria desproporcional ao valor da contratação.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos

consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade;

9.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1 quantidade de serviços executada compatível com o objeto da licitação.

9.31.1.2 Obedecido ao prazo de entrega em outros órgãos/entes.

9.31.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1. Para o Engenheiro: serviço objeto deste contrato deverá ser habilitado em Engenharia Clínica ou Técnico com formação específica, assim como possuir conhecimento técnico no referido equipamento.

9.34.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XXXX.

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R$ 37.178,21 (trinta e sete mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 167019/0001 – H GU TABATINGA

II) Fonte de Recursos: DGP

III) Programa de Trabalho: 215842

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: D8SACONVAMZ

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Tabatinga- AM, 26 de maio de 2025.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025



MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA **– 1º Tenente**
Chefe da Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO

Aprovo:

Nos termos do prescrito no art. 9º, inciso II e o 1º, do Dec. 5.450/05, aprovo este Termo de Referência, para realização de Dispensa de Licitação, e determino que os procedimentos licitatórios sejam realizados no sitio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Tabatinga- AM, 26 de maio de 2025



ALEXANDRE RABELLO COSTA ALVES – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas Substituto do HGuT

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

(Processo Administrativo n° 64597.002010/2025-66)

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (dias).

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de

Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.26. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... Hospital de Guarnição de Tabatinga, HGuT, situado à Avenida da Amizade nº 887 – Centro, CEP 69.640-000 – Tabatinga – AM.

4.1.26.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, ~~salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

4.1.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.36. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.1.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Tabatinga, Seção Judiciária de Tabatinga para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

(Processo Administrativo n° 64597.005784/2024-68)

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº 90005/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Tabatinga-AM, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 90005/2025

1. Informações Básicas

Número do Processo: **64597.005784/2024-68**

2. Descrição da Necessidade

2.1. Hospital de Guarnição de Tabatinga caracteriza-se como uma Organização Militar de Saúde, para garantir ao atendimento dos pacientes militares, civis, estrangeiros e indígenas, a contração do serviço desta dispensa eletrônica é necessária face aos atendimentos dos pacientes.

2.2. A assistência farmacêutica tem por atribuição selecionar material de consumo, capazes de solucionar a maioria dos problemas de saúde da população mediante uma terapia medicamentosa eficaz, segura e com custos racionais. A maioria das intervenções em saúde envolve o uso de medicamentos, e este uso pode ser determinante para a obtenção de menor ou maior resultado para os pacientes atendidos no HGuT.

2.3. Unitarizar é o processo de preparar os medicamentos na forma pronta, para ser administrados ao paciente. A máquina de unitarização e fracionamento de medicamentos, além de fácil operação para o colaborador, agiliza bastante o processo de dispensação de medicamentos por dose unitária.

São máquinas inovadoras na preocupação com a segurança do paciente, no processo de medicação, na possibilidade de orientação sobre riscos e alertas sobre os medicamentos para a equipe assistencial, evitando eventos adversos. Bem como, gera economia através do processo de montagem de kits com materiais e diluentes para administração de medicamentos.

O medicamento é a base fundamental, mas a forma de fracionamento e embalagem dele é capaz de aumentar a segurança do paciente. A manutenção desse equipamento que temos em nosso arsenal trará novamente a capacidade de melhoria na unitarização dos medicamentos, melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança do paciente.

2.4. O fracionamento da maior qualidade, com as possíveis diferenciações das embalagens, maior legibilidade e rastreabilidade de procedimento.

2.5. O serviço é destinado a atender as necessidades do Setor de Farmácia que desenvolve as seguintes atividades:

a. **Necessidade na área Hospitalar** - ofertar ao paciente atendimento adequado e de qualidade. O serviço é necessário e imprescindível tendo como objetivo principal:

   (1) – manutenir o equipamento e deixá-lo em condições de voltar a operar;

   (2) - melhoria na unitarização dos medicamentos, melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança dos

pacientes hospitalizados.

b. Local – Farmácia do HGuT

c. Demonstrativo de Necessidades – O serviço requisitado fez-se necessário devido a inoperância de um equipamento de grande relevância e valor. A prospecção de aumento de cirurgias e pacientes nesta Organização Militar de Saúde faz com a preocupação com a segurança do paciente aumente cada dia mais, a utilização da Unitarizadora faria com que fosse possível a realização de preparo de kits e unitarização de medicamentos, essas atividades trazem melhor identificação, rastreabilidade, diferenciação e consequentemente maior segurança dos pacientes hospitalizados.

2.6. Esta contratação é de serviço de manutenção corretiva com a finalidade de ampliar o apoio técnico-profissional da Farmácia Hospitalar solicitado pelo corpo clínico.

2.7. O sucesso da dispensa eletrônica viabilizará a prestação de Assistência Farmacêutica deste hospital, procedimento necessário para tratamento aos pacientes.

3. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação	**Mariana** de **Rezende** Silva Almeida – 1º Tenente
Membro da Equipe de Planejamento	**Thaciane** da Silva Ferreira – 2º Tenente

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço de manutenção corretiva deverá apresentar:

4.2. Garantia de, no mínimo, 90 dias após a execução da manutenção corretiva, prazo recomendado a contar da finalização do serviço no Hospital de Guarnição de Tabatinga.

4.3. A fornecedora do objeto deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às **diretrizes de responsabilidade ambiental**, em especial aos artigos 4º, 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e a Resolução 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA.

4.4. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
b) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
c) A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

4.5. A proposta deverá incluir, de forma clara, o nome das peças, a apresentação, o fabricante e o número completo de registro expedido pelo Órgão Regulamentador.

4.6. Não Haverá exigência de garantia contratual da execução do serviço, haja vista tratar-se de aquisição de serviços com entrega imediata, cujo pagamento somente será efetuado após a verificação do total atendimento às condições editalícias, conforme critério da Administração, no entanto a garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.7. A execução terá início em até 30 dias após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado em até 15 dias a contar da sua apresentação na unidade.

4.8. O serviço deverá ser executado nas dependências do HGuT durante o horário de expediente, seguindo o regulamento interno de vestimenta.

4.9. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para concluir o serviço ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando o levantamento de mercado foram realizadas pesquisas de preços utilizando o seguinte parâmetro, observado o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n˚ 65, de 07 de julho de 2021, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

5.2. A pesquisa foi realizada conforme inciso IV abaixo descrito como fonte de consulta.

( ) I - Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

( ) II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

( ) III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

(X) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

6. Descrição da Solução Como Um Todo

6.1. A especificação técnica, assim como as condições especiais de habilitação da empresa no ramo do objeto, está elencada no Edital e seus anexos.

6.2. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. O serviço deverá ser executado no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, situado na Avenida da Amizade, 887, Centro, CEP 69640-000, Tabatinga-AM, os serviços serão prestados no seguinte horário: horário local entre às 07h00min e 14h00min das segunda às quintas-feiras e das 07h00min a 11h00min às sextas-feiras.

6.4. Para fins de análise das propostas, as empresas concorrentes deverão enviar o portfólio do serviço e das peças originais com a identificação e as especificações detalhadas dos itens ofertados. Não serão aceitos documentos com colagem/prints de imagens com descrição de revendedor.

6.5. A estimativa de quantidade e valores foram mensurados conforme tabela abaixo, para a analise da planilha de formação de custos e formação de preços e de acordo com o ANEXO III do edital:

Item	Descrição do Item	Qtd	Valor Médio
1	Manutenção Corretiva da Unitarizadora TotalPack e Treinamento	**1**	R$9.438,64
2	DRIVE	**3**	R$2.322,50
3	Cabeça de impressão	**1**	R$10.535,02
4	Resistências	**1**	R$258,00
5	Termopar	**1**	R$63,61
6	Pirômetro	**1**	R$1.735,29
7	Compressor	**1**	R$2.699,56
8	Eletrovávula	**1**	R$653,09
9	Mangueira compressor	**1**	R$273,88
10	Conector engate	**2**	R$12,56
11	Borracha mordente	**1**	R$196,10
12	Borracha batente impressora	**1**	R$578,75
13	Manómetro	**1**	R$374,17
14	Sensor de tarja	**1**	R$3.379,48

7. Estimativa das Quantidades

7.1 O serviço encontra-se no Termo de Referência e foi definido de acordo com a necessidade de conserto do equipamento. Após o conserto do equipamento, ele entrará para o rol de manutenção da empresa ENGEMED ENGENHARIA CLÍNICA que realiza a engenharia clínica dos equipamentos do hospital, por isso a quantidade contida no descritivo.

8. Estimativa de Valor da Contratação

8.1. A estimativa do valor anual do contrato será de aproximadamente no valor total de R$37.178,21 (Trinta e sete mil, cento e setenta oito reais e vinte e um centavos).

8.2. **Pesquisa de preços:** utilizado os seguintes parâmetros, observado o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa n˚ 65, de 07 de julho de 2021, a partir de pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores.

8.3. **Resultados:** os resultados foram consolidados, devidamente inclusos nos autos deste processo, contendo os valores da média das pesquisas de mercado por cada item que compõe o item do serviço a ser realizado.

As especificações técnicas do objeto, idealizadas pelo setor requisitante, apresentadas no processo, correspondem à real necessidade da administração militar, não caracterizando, em hipótese alguma, restrição indevida a competitividade.

Os valores de referência apresentados no presente estudo foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente pelo mercado, sendo observada, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda às prioridades elencadas da lei vigente.

Todas as informações, a descrição do objeto, valores estimados e suas quantidades estão descrito em tabela deste documento e no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento da Solução

9.1. A licitação será em 1 (um) único item, com o objetivo de ampliar ao máximo a disputa entre os licitantes para obtenção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas E/Ou Interdependentes

10.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação do serviço de manutenção é para atender a farmácia que fornece apoio as atividades fins, aos beneficiários como pacientes, bem como os profissionais do Hospital de Guarnição de Tabatinga, diretamente relacionados à determinação presente no Boletim Interno nº 236 de 10 de dezembro de 2024, onde consta a designação da militar que será responsável pelo planejamento da contratação do objeto deste estudo técnico desta OMS.

11.2. Faz parte dos Objetivos Estratégico do Plano de Gestão do HGuT 2022 - 2025:

11.2.1. OEO 1: Prestar assistência de saúde aos usuários, com qualidade e sustentabilidade, buscando maior índice de resolubilidade em nossa OMS.

11.2.2. OEO 2: Estabelecer critérios e ações de monitoramento e gerenciamento de processos, associando o planejamento das atividades de apoio ao das atividades-fim, otimizando o emprego dos recursos disponíveis na OMS, visando alcançar eficiência, eficácia e efetividade organizacional.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025].

11.4. Documento de Formalização de Demanda nº 01/2025.

11.5. A Portaria nº 123 - COLOG/C Ex, de 8 de agosto de 2022, discorre sobre a logística sustentável no âmbito do Exército Brasileiro. A contratação em pauta seguiu as determinações presentes nesta Portaria, assim como também foi consultado a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre o Plano Diretor de Logística Sustentável, tendo sido o processo em tela embasado por estas determinações.

12. Benefícios a serem alcançados com a aquisição

12.1. Melhoria no atendimento ao público interno deste Hospital;
12.2. Emprego judicioso dos recursos públicos;
12.3. Rastreamento dos medicamentos dispensados ao paciente;
12.4. Maior segurança do paciente;
12.5. Continuidade e valorização da gestão dos processos da Administração Pública.
12.6. Atender ao Princípio da Administração Pública.

13. Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato

13.1. Não se configura a necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes do objeto licitatório em questão.

14. Impactos Ambientais e Tratamentos

14.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade são os previstos na Guia Nacional de Licitação Sustentáveis.

14.2. Conforme o Plano de Gestão Estratégico Organizacional do HGuT 2022-2025, atende ao Objetivo Estratégico OEO 8: Contribuir com o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

15. Viabilidade (Ou Não) da Contratação

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta aquisição;

Justificativa da Viabilidade: Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação do serviço para o Hospital de Guarnição de Tabatinga é conveniente e oportuna, e, sobretudo, é fundamental para atender as necessidades da assistência farmacêutica do HGuT descritas neste Estudo Técnico Preliminar. Mostra-se, portanto, possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. Responsáveis

17.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Tabatinga, AM, 26 de maio de 2025.

[redacted]

MARIANA DE **REZENDE** SILVA ALMEIDA – 1º Tenente
Chefe da Equipe de Planejamento

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - Contratação direta

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ANEXO II - (Processo Administrativo n° 64597.005784/2024-68)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA E .....

A União, por intermédio do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA, com sede na Avenida da Amizade, nº 887, Centro, na cidade de Tabatinga/Estado Amazonas, inscrito no CNPJ sob o nº 09.623.258/0001-19, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, RONALDO ROCHA DOS SANTOS – Tenente Coronel, nomeado pela Portaria nº 608, de 21 de Julho de 2021, do Comandante do Exército, publicada em Diário Oficial nº 109, de 12 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº 64597.004466/2024-80 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 90005/2025* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da unitarizadora modelo Totalpack X-40 com treinamento operacional,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	5428	Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. SERVIÇOS COMPREENDIDOS DE MANUTENÇÃO: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento Treinamento operacional Peças trocadas: Drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, Pirômetro, compressor, eletroválvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro, sensor de tarja.	UN	1	R$	R$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						**R$**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. Aviso de Dispensa Eletrônica;

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... Hospital de Guarnição de Tabatinga, HGuT, situado à Avenida da Amizade nº 887 – Centro, CEP 69.640-000 – Tabatinga – AM.

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, ~~salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado~~.

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a

partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2. Gestão/unidade: [...];

15.3. Fonte de recursos: [...];

15.4. Programa de trabalho: [...];

15.5. Elemento de despesa: [...]; e

15.6. Plano interno: [...]; e

15.7. Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Tabatinga, Seção Judiciária de Tabatinga para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de *[mês]* de *[ano].*

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

PROPONENTE			
Razão Social:			
Logradouro:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**TEL:**
CNPJ:	**E-mail:**		

Para: Hospital de Guarnição de Tabatinga
Assunto: Planilha de Custos e Formação de Preços.

Remeto-vos a para os devidos fins.

ITEM	COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und	Qnt	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. Serviços compreendidos de manutenção: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem; Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento; Treinamento operacional.	Sv	1		
	2	Drive	Und	1		
	3	Cabeça de Impressão	Und	3		
	4	Resistência	Und	1		
	5	Termopar	Und	1		
	6	Pirômetro	Und	1		
	7	Compressor	Und	1		
	8	Eletroválvula	Und	1		
	9	Mangueira compressor	Und	1		
	10	Conector engate	Und	2		
	11	Borracha mordente	Und	1		
	12	Sensor de tarja	Und	1		
	13	Manômetro	Und	1		
	14	Borracha batente impressora	Und	1		
	Valor Total					**R$**

TR 4.1.2 - o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado dos produtos envolvidos na manutenção esteja devidamente registrado junto ao CTF/APP.

Tabatinga – AM, 26 de maio de 2025.

_____

Nome do Proponente e assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Indicador 01 - Prazo de atendimento da demanda	
Item	**Descrição**
Finalidade	Garantir o atendimento da necessidade em tempo hábil.
Meta a cumprir	Execução da prestação de serviços no tempo estipulado no TR.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (OS)
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo representante da administração
Periodicidade	A cada solicitação da administração
Barema	O Prazo para a empresa realizar o serviço é de 30 (trinta) dias (Tp). Será registrado, na OS, o tempo que a empresa levou para realizar o serviço (Te). Para saber a eficiência de execução de serviço (α), aplicar-se-á a seguinte fórmula: $$\alpha = \frac{Te}{Tp} - 1$$
Início de vigência	Data da entrega da OS.
Critérios de julgamento	- Sempre que α ≤ 0 => Contratada cumpriu o prazo estipulado no TR. - Se houver 2 (duas) OS, do mesmo empenho, em que o valor de α ≥ 0,5 - a empresa será notificada. Ocorrendo 3 (três) vezes a situação supracitada - a empresa responderá processo administrativo e, consequentemente, poderá ser sancionada.
Sanções	De acordo com o Termo de Referência.

Indicador 02 –Execução dos Serviços Gráficos conforme TR.	
Item	**Descrição**
Finalidade	Garantir que a execução dos serviços seja realizada conforme o termo de referência
Meta a cumprir	Execução total dos serviços constante na OS.
Instrumento de medição	Cronograma Físico - Financeiro
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pela fiscalização administrativa
Periodicidade	Ao término de cada Ordem de Serviço
Mecanismo de cálculo	Todas as OS serão verificadas e valoradas individualmente. Os itens da NE, sua quantidade e seus respectivos valores; serão lançados no cronograma físico – financeiro.
Início de vigência	A partir da remessa da Ordem de Serviço.
Critérios de julgamento	A empresa deverá realizar 100% dos serviços constantes na ordem de serviço. Caso deixe de executar qualquer serviço constante na OS, será notificada, podendo responder processo administrativo e, futuramente, podendo ser sancionada.
Sanções	De acordo com o Termo de Referência.

Tabatinga, AM de ____ de _____ de 202__.

xxxxxxxxxxxx – xxxxxx
Fiscal de Contrato

140

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Dispensa para Divulgação

26/05/2025 19:16:11

Esta Dispensa Eletrônica estará disponível no Compras.gov.br em Dispensa de Licitação e também no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG de Atuação: 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação

Nº da Compra: 90005/2025

Lei: Lei nº 14.133/2021

Artigo: Art. 75º

Inciso: II

Compra Com Disputa: Sim

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-011596/2025

Participação Preferencial de ME/EPP: Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Objeto:

Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da Unitarizadora modelo Totalpack X-40 e com treinamento operacional

Quantidade de Itens: 1

Valor Total da Compra (R$): 37.178,21

Divulgar Dispensa Eletrônica

Dispensa

Solução SERPRO

PROPOSTA DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção corretiva de Unitarizadora TotalPack, composta por limpeza da cabeça de impressão, limpeza e regulagem dos discos, verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem, lubrificação nas correntes e engrenagens, alinhamento dos suprimentos, verificação do funcionamento dos sensores, testes de calibração, ajustes de funcionamento e treinamento operacional, com reposição de peças: drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, pirômetro, compressor, eletroválvula, mangueira do compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro e sensor de tarja.

Prezado Senhor,

A empresa **ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA** com endereço na Rua Rui Barbosa, n. 31, Jardim Filadelfia, CEP 77.813-205, Araguaína – TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.305.042/0001-08 vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DEMETRIUS POVEDA MARQUES**, CREA 506125011/D-SP, vem apresentar proposta comercial, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Razão Social: **ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA**
CNPJ: 15.305.042/0001-08 Inscrição Estadual: 29.441.194-1
Endereço: – Rua Rui Barbosa, 31 – Jardim Filadelfia – CEP 77.813-205
Telefone: (63) 3221-4759 E-mail: licitacao@engmed.eng.br
Cidade: Araguaína Estado: Tocantins
Optante pelo simples nacional: (X) SIM ( ) NÃO

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
[redacted]

Nome completo do responsável: **DEMETRIUS POVEDA MARQUES**
Endereço: Rua Sabará 125, Beira Lago CEP: 77.813-350
Cidade: Araguaína Estado: Tocantins
[redacted]
Cargo/Função: Diretor Técnico / Responsável Técnico
CREA 506125011/D-SP demetrius@engmed.eng.br
Naturalidade: Altinópolis – SP Nacionalidade: Brasileiro

Propomos o Valor Total de **R$ 35.400,00 (Trinta e cinco mil quatrocentos reais)**, para o(s) serviço(s) do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor
1	Contratação de serviços de manutenção corretiva de Unitarizadora TotalPack, composta por limpeza da cabeça de impressão, limpeza e regulagem dos discos, verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem, lubrificação nas correntes e engrenagens, alinhamento dos suprimentos, verificação do funcionamento dos sensores, testes de calibração, ajustes de funcionamento e treinamento operacional.	Serv.	1	R$ 7.500,00
2	Reposição de peças - Drive	Un.	1	R$ 2.700,50
3	Reposição de peças - Cabeça de Impressão	Un.	1	R$ 10.276,00
4	Reposição de peças - Resistência	Un.	1	R$ 581,00
5	Reposição de peças - Termopar	Un.	1	R$ 75,30
6	Reposição de peças - Pirômetro	Un.	1	R$ 2.250,00
7	Reposição de peças - Compressor	Un.	1	R$ 2.982,34
8	Reposição de peças - Eletroválvula	Un.	1	R$ 853,00
9	Reposição de peças - Mangueira do compressor	Un.	1	R$ 300,00
10	Reposição de peças - Conector engate	Un.	1	R$ 19,68
11	Reposição de peças - Borracha mordente	Un.	1	R$ 198,30
12	Reposição de peças - Borracha batente impressora	Un.	1	R$ 736,25
13	Reposição de peças - Manômetro	Un.	1	R$ 658,63
14	Reposição de peças - Sensor de tarja	Un.	1	R$ 3.269,00
3	Frete	Un.	1	R$ 3.000,00
Valor total da Contratação				**R$ 35.400,00**

Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão.

A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Declaramos que atendemos a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no edital da licitação. O declarante assume total responsabilidade pela veracidade das informações fornecidas, conforme previsto na legislação vigente, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, sem qualquer tipo de acordo, comunicação ou pacto com outras empresas ou pessoas físicas participantes do mesmo processo licitatório, visando influenciar os preços, condições ou qualquer outro aspecto da proposta.

Declaramos que cumprimos todas as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e em outras normas específicas.

Araguaína – TO, 27 de janeiro de 2025.

[redacted]

DEMETRIUS POVEDA MARQUES
Sócio-Administrador
Responsável Técnico
CREA 506125011/D-SP
Engenheiro Clínico

15.305.042/0001-08
ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA
Rua Rui Barbosa, n. 31
Jardim Filadelfia – CEP 77.813-205
Araguaína – TO

São Paulo, 10 de fevereiro de 2025

A/C

Hospital de Guarnição de Tabatinga

Produto e Preços Propostos	quantidade	Unitário R$	Total R$
Manutenção Corretiva e treinamento	1	10.407,96	10.407,96
Drive	3	2.200,00	6.600,00
Cabeça de impressão	1	12.200,00	12.200,00
Resistências	1	350,00	350,00
Termopar	1	65,00	65,00
pirómetro	1	1.500,00	1.500,00
compressor	1	2.600,00	2.600,00
electroválvula	1	603,00	603,00
Mangueira compressor	1	270,00	270,00
Conector engate	1	10,00	10,00
Borracha mordente	1	250,00	250,00
Borracha batente impressora	1	600,00	600,00
manómetro	1	250,00	250,00
Sensor de tarja	1	4.494,04	4.494,04
		Total	R$40.200,00

SERVIÇOS COMPREENDIDOS DE MANUTENÇÃO: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento Treinamento operacional e troca peças : drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, Pirômetro, compressor, electroválvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro, sensor de tarja.

[redacted]

Condições de Pagamento: Boleto 28dias
Garantia: 90 dias
Prazo de Entrega: A combinar
Validade da Proposta: 90 dias

SYMATESE LATAM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ :58.113.754/0001-38
R. Valencio Soares Rodrigues, 89- SL 5 - Vargem Grande Paulista - Centro - São Paulo – SP - 06730-000
www.symatese.com l Tel.: +55 11 2144 0831

SISNAC PRODUTOSPARA SAÚDE LTDA - CNPJ : 10.444.624/001-51

Rua José Ramon urtiza , nº 206 - Vila Andrade - São Paulo - SP - Cep : 05717-270 - Tel. (11) 2144-0813

ORÇAMENTO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Hospital de Guarnição de Tabatinga		DATA	NÚMERO DA PROPOSTA	EQUIPAMENTO
		11/2/2025	1657-24	Totalpack
CONTATO Mariana de Rezende Silva Almeida		FRETE	VALIDADE DA PROPOSTA	
			60 dias	
TELEFONE	E-MAIL	CONDIÇÃO DE PAGAMENTO		GARANTIA MANUTENÇÃO
21 99493-3035	farmaciahgut@gmail.com	Deposito Bancário		90 dias

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
1	manutenção corretiva com treinamento operacional Totalpack	1	R$ 7.407,96	R$ 7.407,96
2	drive	3	R$ 2.066,99	R$ 6.200,70
3	cabeça de impressão	1	R$ 9.129,07	R$ 9.129,07
4	resistencia	1	R$ 323,53	R$ 323,53
5	termopar	1	R$ 50,53	R$ 50,53
6	Pirometro	1	R$ 1.455,88	R$ 1.455,88
7	compressor	1	R$ 2516,34	R$ 2516,34
8	eletrovalvula	1	R$ 503,27	R$ 503,27
9	mangueira compressor	1	R$ 251,63	R$ 251,63
10	conector engate	1	R$ 8,00	R$ 8,00
11	borracha mordente	1	R$ 140,00	R$ 140,00
12	borracha batente	1	R$ 400,00	R$ 400,00
13	manometro	1	R$ 213,89	R$ 213,89
14	sensor de tarja	1	R$ 2.375,39	R$ 2375,39
			TOTAL GERAL	**R$30.984,19**

CONDIÇÕES DE REMESSA

OBSERVAÇÕES GERAIS :	DADOS DO PAGAMENTO
SERVIÇOS COMPREENDIDOS DE MANUTENÇÃO **1.Limpeza da cabeça de impressão;** **2.Inspecionar correias de transmissão;** **3.Inspecionar sistema de selagem;** **4.Verificar rotação dos rolos de passagem e tração,** **5.Alinhamento dos suprimentos;** **6.Verificação do sincronismo do disco de alimentação dos medicamentos;** **7.Verificação do funcionamento dos sensores;** **8.Testes de calibração e ajustes de funcionamento;** **9.Verificação da parte pneumática**	**Faturamento 30 dias**

[redacted]

ACEITE DO CLIENTE: _____ **DATA:** _____

RESPONSÁVEL/CARIMBO/ASSINATURA

OBS: APROVADO O ORÇAMENTO, ASSINAR, DATAR E RETORNAR VIA EMAIL: hugo.souza@sisnacmed.com.br

CONTRATO SOCIAL DE ALTERAÇÃO
BIOLUX DO BRASIL

CNPJ: 51.596.761/0001-99
NIRE: 35261867899

1. DAS PARTES

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social, os abaixo assinados:

Sócio-Administrador AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/02/1984, natural de São Paulo/SP, portador do RG nº [redacted] residente e domiciliado na Alameda das Violetas, 48, Bairro Cidade Nova Arujá, Arujá - SP, CEP 07411-375, doravante denominado **SÓCIO-ADMINISTRADOR**;

Empresa: A sociedade com único socio de nome empresarial **BIOLUX REVOLUTION LTDA,** registrada na Junta comercial do estado de São Paulo, sob o NIRE: 35261867899, e inscrito no CNPJ: 51.596.761/0001-99, com endereço na rua Cobalto, 71 – Pq São Pedro – Itaquaquecetuba/SP, delibera de boa vontade a **presente consolidação** do seu contrato social nos termos da lei 10.406/2022, mediante as condições estabelecidas nas clausulas seguintes.

2. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

Cláusula Primeira - **BIOLUX REVOLUTION LTDA,** NIRE: 35261867899, CNPJ: 51.596.761/0001-99, com endereço na rua Cobalto, 71 – Pq São Pedro – Itaquaquecetuba/SP passa a adotar a seguinte denominação: **BIOLUX DO BRASIL LTDA,** conforme as condições e cláusulas seguintes. A empresa passa a adotar o nome fantasia **"BIOLUX ENGENHARIA"**, que será utilizado em suas atividades comerciais.

Cláusula Segunda – O objeto social da empresa passa a ser a realização das seguintes atividades econômicas:

CNAE Principal: Serviços de engenharia (CNAE 71120-00).

- **CNAEs Secundários:** Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente (CNAE 20193-99); Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente (CNAE 20991-99); Coleta de resíduos perigosos (CNAE 38122-00); Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis minerais, produtos siderúrgicos e químicos (CNAE 46125-00); Comércio atacadista de alimentos para animais (CNAE 46231-09); Comércio atacadista de cimento (CNAE 46745-00); Comércio atacadista de lubrificantes (CNAE 46818-05); Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46834-00); Comércio atacadista de resinas e elastômeros (CNAE 46842-01); Comércio atacadista de solventes (CNAE 46842-02); Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários (CNAE 46923-00); Comércio varejista de lubrificantes (CNAE 47326-00); Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (CNAE 47890-99); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE 49302-02);

Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, não especificadas anteriormente (CNAE 82997-99); Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 71197-03); Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente (CNAE 42995-99); Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura, não especificadas anteriormente (CNAE 71197-99); Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes (CNAE 43291-03); Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (CNAE 43223-01); Coleta de resíduos não perigosos (CNAE 38114-00); Transporte rodoviário de produtos perigosos (CNAE 49302-03); Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52508-03); Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto (CNAE 42235-00); Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente (CNAE 50998-99); Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras (CNAE 43991-04); Transporte aéreo de carga (CNAE 51200-00); Serviços de redes de transporte de telecomunicações (SRTT) (CNAE 61108-02); Transporte ferroviário de carga (CNAE 49116-00); Transporte metroviário (CNAE 49124-03); Transporte rodoviário de mudanças (CNAE 49302-04); Operador de transporte multimodal (OTM) (CNAE 52508-05); Organização logística do transporte de carga (CNAE 52508-04); Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração (CNAE 43223-02); Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (CNAE 46338-01); Comércio atacadista de artigos de armarinho (CNAE 46419-03); Auditoria e consultoria atuarial (CNAE 66215-02); Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícola e pecuária (CNAE 74901-03); Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica (CNAE 70204-00); Consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62040-00).

DA CONSOLIDAÇÃO

Cláusula primeira – A sociedade continuará com sua sede no endereço: Rua Cobalto, 71, Bairro Parque São Pedro, Itaquaquecetuba - SP, CEP 08586-120.

3. DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Segunda – O capital social da empresa é de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), integralizado em **1 quota** de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), pertencente exclusivamente ao sócio **AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA**, CPF: 324.400.628 – 04.

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/02/1984, natural de São Paulo/SP, portador do RG nº 35316361, SSP/SP, e CPF nº 324.400.628-04, residente e domiciliado na Alameda das Violetas, 48, Bairro Cidade Nova Arujá, Arujá - SP, CEP 07411-375.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Terceira– A administração da sociedade será exercida por **AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA**, que terá plenos poderes para praticar todos os atos de gestão, representando a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

Declaração de Desimpedimento do Administrador:

Cláusula Quarta : O sócio administrador **AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA** declara que não está impedido de exercer a função de administrador da sociedade, não estando sujeito a qualquer processo de falência, insolvência ou restrição para o exercício de atividades comerciais.

5. DO BALANÇO PATRIMONIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Quinta – O sócio-administrador **AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA** deverá apresentar o balanço patrimonial da empresa até o **dia 31 de dezembro de cada ano**. Este balanço será elaborado de acordo com a legislação vigente e deverá ser aprovado pelo sócio na data estabelecida, para garantir a transparência e a correta gestão dos recursos da sociedade.

6. DO PROLABORE

Cláusula Sexta – O sócio-administrador **AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA** terá direito ao **prolabore mensal**, cujo valor será definido em **comum acordo entre os sócios**, considerando as necessidades de gestão e operações da empresa, conforme deliberação anual e ajustes conforme a lucratividade da sociedade.

7. DO FORO

Cláusula Setima – Fica eleito o foro da Comarca de **Itaquaquecetuba - SP**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato social, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Cláusula Oitava – Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura e tem prazo indeterminado.

9. DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

Cláusula Nona – As deliberações serão tomadas conforme a legislação vigente e o estabelecido neste contrato social, de acordo com o quórum necessário para cada tipo de decisão.

Cláusula decima - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 39, I, LC n° 123, de 2006).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

JUCESP

Cláusula Décima Primeira – Fica estabelecido que qualquer alteração deste contrato social deverá ser formalizada por escrito, com anuência dos sócios e registrada na Junta Comercial.

11. ASSINATURA DOS SÓCIOS

Por estarem justos e contratados, os sócios assinam o presente contrato de alteração em duas vias de igual teor.

Itaquaquecetuba, 30 de dezembro 2024

SÓCIO-ADMINISTRADOR:

[redacted]

Nome: AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

[redacted]

3º TABELIÃO DE NOTAS - MARCOS PUGLIESE
Rua Barão de Jaceguai, 214 Mogi das Cruzes-SP Tel: (11) 4799-2349
Reconheco por semelhanca, a(s) firma(s) de: AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, dou fe.
MOGI DAS CRUZES, 02 de Janeiro de 2025
Em testemunho da Verdade.
FLAVIO DA SILVA SANTOS - ESCREVENTE
Vlr.em Firmas: R$ 12,66 Total: R$ 12,66
= = = VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE = = =
Selo(s) AA224163

JUCESP
07 JAN 2025
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
COMÉRCIO - GUARULHOS
13.512/25-0
JUCESP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.596.761/0001-99 **MATRIZ**		**28/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
BIOLUX DO BRASIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AQUA RECTUS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
20.19-3-99 - Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
20.99-1-99 - Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
46.12-5-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.74-5-00 - Comércio atacadista de cimento
46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
46.84-2-01 - Comércio atacadista de resinas e elastômeros
46.84-2-02 - Comércio atacadista de solventes
46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R COBALTO	**71**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
08.586-120	**PARQUE SAO PEDRO**	**ITAQUAQUECETUBA**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@VERUSCONTABILIDADE.COM.BR	**(11) 4219-0587**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/01/2025** às **16:20:57** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.596.761/0001-99 **MATRIZ**		**28/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
BIOLUX DO BRASIL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.11-6-00 - Transporte ferroviário de carga
49.12-4-03 - Transporte metroviário
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças
50.99-8-99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
51.20-0-00 - Transporte aéreo de carga
52.50-8-03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo
52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga
52.50-8-05 - Operador de transporte multimodal - OTM
61.10-8-02 - Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R COBALTO	**71**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
08.586-120	**PARQUE SAO PEDRO**	**ITAQUAQUECETUBA**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@VERUSCONTABILIDADE.COM.BR	**(11) 4219-0587**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/01/2025** às **16:20:57** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

GRUPO BIOLUX

ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.596.761/0001-99 estabelecida na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, no endereço Rua Cobalto, 71 – Parque São Pedro, telefone nº 11 94003-4261, por meio de seu representante AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador do R.G nº [redacted] expedido pela SSP/SP, e-mail bioluxdobrasil@gmail.com, Cel: 011 94003-4261

Para: Hospital de Guarnição de Tabatinga
Assunto: Planilha de Custos e Formação de Preços.

Remeto−vos a para os devidos fins.

ITEM	COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und	Qnt	Valor Unitário	Valor Total
	1	Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X−40. Serviços compreendidos de manutenção: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem; Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento; Treinamento operacional.	Sv	1	R$ 8.777,93	R$ 8.777,93
	2	Drive	Und	3	R$ 2.159,92	R$ 6.479,80
	3	Cabeça de Impressão	Und	1	R$ 9.797,56	R$ 9.797,56
	4	Resistência	Und	1	R$ 239,94	R$ 239,94
	5	Termopar	Und	1	R$ 59,15	R$ 59,15
	6	Pirômetro	Und	1	R$ 1.613,81	R$ 1.613,81
	7	Compressor	Und	1	R$ 2.510,59	R$ 2.510,59
	8	Eletroválvula	Und	1	R$ 607,37	R$ 607,37
	9	Mangueira compressor	Und	1	R$ 254,70	R$ 254,70
	10	Conector engate	Und	2	R$ 11,68	R$ 23,40
	11	Borracha mordente	Und	1	R$ 182,37	R$ 182,37
	12	Sensor de tarja	Und	1	R$ 3.142,91	R$ 3.142,91
	13	Manômetro	Und	1	R$ 347,97	R$ 347,97
	14	Borracha batente impressora	Und	1	R$ 538,23	R$ 538,23
	Valor Total					**R$34.575,73**

TR 4.1.2 − o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado dos produtos envolvidos na manutenção esteja devidamente registrado junto ao CTF/AP

SÃO PAULO, 06 de junho de 2025



AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

Diretor Executivo

BIOTEX RECYCLING

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa BIOTEX RECYCLING COMERCIO E RECICLAGEM DE RESIDUOS LTDA, com sede à R VITAL BRASIL, 1026 - VILA NOVA CUMBICA- GUARULHOS-SP, inscrita no CNPJ 43.371.025/0001-04, representada legalmente por JUNIOR FABIO ALVES DA SILVA, portador [redacted] atesta para os devidos fins, que a empresa BIOLUX DO BRASIL LTDA LTDA, com sede à Rua Cobalto, 71- PARQUE SÃO PEDRO-ITAQUAQUECETUBA-SP, inscrita no CNPJ 51.596.761/0001-99, Prestou serviço de limpeza, manutenção corretiva e preventiva em Unitilizadora (Totalpack X40). Não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos / serviços até a presente data.
Vigência: fevereiro de 2025

Guarulhos-SP,04 de fevereiro de 2025

[redacted]

43.371.025/0001-04
BIOTEX RECYCLING
Rua Vital Brasil, 1026
Nova Cumbica - CEP:07231-370
GUARULHOS-SP

Scanned with CamScanner

BALANCETE ANUAL ANALÍTICO

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

CONTA	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	132.901,50D	130.671,54D	115.036,69D	130.379,73D	128.867,82D	171.553,75D	216.871,29D	194.909,39D	210.864,32D	238.918,60D	440.810,18D	703.494,66D
1.1	125.401,50D	120.425,19D	103.702,84D	115.295,88D	111.201,57D	153.887,50D	198.102,79D	168.640,89D	181.814,82D	209.869,10D	139.996,43D	402.680,91D
1.1.1	125.401,50D	120.425,19D	103.702,84D	115.295,88D	111.201,57D	153.887,50D	198.102,79D	168.640,89D	181.814,82D	209.869,10D	53.996,43D	316.680,91D
1.1.1.02	125.401,50D	120.425,19D	103.702,84D	115.295,88D	111.201,57D	153.887,50D	198.102,79D	168.640,89D	181.814,82D	209.869,10D	53.996,43D	316.680,91D
0001	125.401,50D	120.425,19D	103.702,84D	115.295,88D	111.201,57D	153.887,50D	198.102,79D	168.640,89D	181.814,82D	209.869,10D	53.996,43D	316.680,91D
1.1.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00D	86.000,00D
1.1.2.01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00D	86.000,00D
0001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00D	86.000,00D
1.2	7.500,00D	10.246,35D	11.333,85D	15.083,85D	17.666,25D	17.666,25D	18.768,50D	26.268,50D	29.049,50D	29.049,50D	300.813,75D	300.813,75D
1.2.3	7.500,00D	10.246,35D	11.333,85D	15.083,85D	17.666,25D	17.666,25D	18.768,50D	26.268,50D	29.049,50D	29.049,50D	300.813,75D	300.813,75D
1.2.3.01	7.500,00D	10.246,35D	11.333,85D	15.083,85D	17.666,25D	17.666,25D	18.768,50D	26.268,50D	29.049,50D	29.049,50D	300.813,75D	300.813,75D
0002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	361,25D	361,25D	361,25D	361,25D	361,25D	361,25D
0003	7.500,00D	10.246,35D	11.333,85D	15.083,85D	17.666,25D	17.666,25D	18.407,25D	25.907,25D	28.688,25D	28.688,25D	69.234,50D	69.234,50D
0004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.680,00D	16.680,00D
0006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.720,00D	12.720,00D
0007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.650,00D	196.650,00D
0008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.168,00D	5.168,00D
2	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	103.870,00C	703.494,66C
2.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.870,00C	3.870,00C
2.1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.870,00C	3.870,00C
2.1.1.03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.870,00C	3.870,00C
0009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.870,00C	3.870,00C
2.4	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	699.624,66C
2.4.1	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C
2.4.1.01	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C
0001	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C	100.000,00C
2.4.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.624,66C
2.4.6.01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.624,66C
0002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.624,66C
3	70.859,46C	119.653,26C	145.233,35C	196.946,67C	247.241,67C	324.820,23C	402.966,07C	427.552,49C	480.421,77C	552.198,57C	820.449,07C	0,00
3.1	70.859,46C	119.653,26C	145.233,35C	196.946,67C	247.241,67C	324.820,23C	402.966,07C	427.552,49C	480.421,77C	552.198,57C	820.449,07C	0,00
3.1.1	70.859,46C	119.653,26C	145.233,35C	196.946,67C	247.241,67C	324.820,23C	402.966,07C	427.552,49C	480.421,77C	552.198,57C	820.449,07C	0,00
3.1.1.01	70.859,46C	119.653,26C	145.233,35C	196.946,67C	247.241,67C	324.820,23C	402.966,07C	427.552,49C	480.421,77C	552.198,57C	820.449,07C	0,00
0002	70.859,46C	119.653,26C	145.233,35C	196.946,67C	247.241,67C	324.820,23C	402.966,07C	427.552,49C	480.421,77C	552.198,57C	820.449,07C	0,00

BALANCETE ANUAL ANALÍTICO

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

CONTA	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
5	37.957,96D	88.981,72D	130.196,66D	166.566,94D	218.373,85D	253.266,48D	286.094,78D	332.643,10D	369.557,45D	413.279,97D	483.508,89D	0,00
5.1	37.957,96D	88.981,72D	130.196,66D	166.566,94D	218.373,85D	253.266,48D	286.094,78D	332.643,10D	369.557,45D	413.279,97D	483.508,89D	0,00
5.1.1	37.957,96D	88.981,72D	130.196,66D	166.566,94D	218.373,85D	253.266,48D	286.094,78D	332.643,10D	369.557,45D	413.279,97D	483.508,89D	0,00
5.1.1.01	37.957,96D	88.981,72D	130.196,66D	166.566,94D	218.373,85D	253.266,48D	286.094,78D	332.643,10D	369.557,45D	413.279,97D	483.508,89D	0,00
0001	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	1.898,49D	0,00
0002	16.344,00D	32.688,00D	49.032,00D	65.376,00D	81.720,00D	98.064,00D	114.408,00D	130.752,00D	147.096,00D	163.440,00D	187.956,00D	0,00
0018	362,77D	859,22D	1.248,76D	1.614,31D	1.935,56D	2.322,08D	2.643,33D	2.942,10D	3.304,33D	3.625,58D	4.078,46D	0,00
0019	645,21D	1.397,66D	1.397,66D	1.817,91D	2.404,27D	2.925,75D	3.512,11D	4.177,40D	4.701,54D	5.287,90D	5.786,75D	0,00
0023	11.000,00D	22.000,00D	33.000,00D	44.000,00D	55.000,00D	66.000,00D	77.000,00D	88.000,00D	99.000,00D	110.000,00D	121.000,00D	0,00
0024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.312,00D	0,00
0025	120,00D	240,00D	360,00D	480,00D	600,00D	720,00D	840,00D	960,00D	1.080,00D	1.200,00D	1.320,00D	0,00
0027	1.771,23D	22.649,84D	34.378,39D	39.918,10D	61.866,15D	65.240,90D	68.451,80D	80.349,65D	87.940,67D	99.947,33D	105.091,27D	0,00
0028	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	2.279,89D	0,00
0029	0,00	290,00D	290,00D	290,00D	290,00D	290,00D	290,00D	580,00D	580,00D	2.670,00D	2.670,00D	0,00
0030	1.978,27D	1.978,27D	2.225,87D	3.237,39D	3.237,39D	4.697,39D	4.697,39D	9.277,39D	9.277,39D	9.277,39D	9.277,39D	0,00
0031	1.558,10D	2.700,35D	4.085,60D	5.654,85D	7.142,10D	8.827,98D	10.073,77D	11.426,18D	12.399,14D	13.653,39D	14.838,64D	0,00
RESUMO:												
ATIVO	**132.901,50D**	**130.671,54D**	**115.036,69D**	**130.379,73D**	**128.867,82D**	**171.553,75D**	**216.871,29D**	**194.909,39D**	**210.864,32D**	**238.918,60D**	**440.810,18D**	**703.494,66D**
PASSIVO	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**100.000,00C**	**103.870,00C**	**703.494,66C**
RECEITAS	**70.859,46C**	**119.653,26C**	**145.233,35C**	**196.946,67C**	**247.241,67C**	**324.820,23C**	**402.966,07C**	**427.552,49C**	**480.421,77C**	**552.198,57C**	**820.449,07C**	**0,00**
CUSTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS	**37.957,96D**	**88.981,72D**	**130.196,66D**	**166.566,94D**	**218.373,85D**	**253.266,48D**	**286.094,78D**	**332.643,10D**	**369.557,45D**	**413.279,97D**	**483.508,89D**	**0,00**
Diferença ATIVO e PASSIVO:	32.901,50D	30.671,54D	15.036,69D	30.379,73D	28.867,82D	71.553,75D	116.871,29D	94.909,39D	110.864,32D	138.918,60D	336.940,18D	0,00

Documento assinado digitalmente
gov.br
AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
Data: 09/01/2025 19:15:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

BALANÇO PATRIMONIAL

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2024

1 - ATIVO		
1.1 - ATIVO CIRCULANTE		
1.1.1 - DISPONÍVEL		
1.1.1.02 - DEPOSITOS BANCÁRIOS		
1.1.1.02.0001 - Banco Itau - Ag 8454 - Conta 99.278 -8		316.680,91 D
	DEPOSITOS BANCÁRIOS	316.680,91 D
1.1.2 - VALORES A RECEBER		
1.1.2.01 - CLIENTES		
1.1.2.01.0001 - DUPLICATAS A RECEBER		86.000,00 D
	CLIENTES	86.000,00 D
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE		
1.2.3 - IMOBILIZADO		
1.2.3.01 - BENS		
1.2.3.01.0002 - INSTALAÇÕES		361,25 D
1.2.3.01.0003 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		69.234,50 D
1.2.3.01.0004 - EQUIPAMENTOS DE PROC ELETR DADOS		16.680,00 D
1.2.3.01.0006 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS		12.720,00 D
1.2.3.01.0007 - VEÍCULOS		196.650,00 D
1.2.3.01.0008 - FERRAMENTAS		5.168,00 D
	BENS	300.813,75 D
Total do ATIVO		703.494,66 D
2 - PASSIVO		
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE		
2.1.1 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
2.1.1.03 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
2.1.1.03.0009 - DAS A RECOLHER		3.870,00 C
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.870,00 C
2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
2.4.1 - CAPITAL SOCIAL		
2.4.1.01 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		
2.4.1.01.0001 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		100.000,00 C
	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C
2.4.6 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.4.6.01 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.4.6.01.0002 - RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		599.624,66 C
	RESULTADOS ACUMULADOS	599.624,66 C
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		703.494,66 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2024 conforme documentação apresentada.

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

FUNÇÃO: SOCIO GERENTE

[redacted]

[redacted]

JOSE JOSIMARIO DE SANTANA

FUNÇÃO: TECN CONTABIL

[redacted]

TC/CRC: 1SP191592O3

BALANÇO PATRIMONIAL

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

JUCESP PROTOCOLO
0.803.440/25-0

FOLHA: 000002

ERRADO EM: 31/12/2024

1 - ATIVO		
1.1 - ATIVO CIRCULANTE		
1.1.1 - DISPONÍVEL		
1.1.1.02 - DEPOSITOS BANCÁRIOS		
1.1.1.02.0001 - Banco Itau - Ag 8454 - Conta 99.278 -8		316.680,91
DEPOSITOS BANCÁRIOS		316.680,91
1.1.2 - VALORES A RECEBER		
1.1.2.01 - CLIENTES		
1.1.2.01.0001 - DUPLICATAS A RECEBER		86.000,00
CLIENTES		86.000,00
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE		
1.2.3 - IMOBILIZADO		
1.2.3.01 - BENS		
1.2.3.01.0002 - INSTALAÇÕES		361,25
1.2.3.01.0003 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		69.234,50
1.2.3.01.0004 - EQUIPAMENTOS DE PROC ELETR DADOS		16.680,00
1.2.3.01.0006 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS		12.720,00
1.2.3.01.0007 - VEÍCULOS		196.650,00
1.2.3.01.0008 - FERRAMENTAS		5.168,00
BENS		300.813,75
Total do ATIVO		703.494,66
2 - PASSIVO		
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE		
2.1.1 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
2.1.1.03 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
2.1.1.03.0009 - DAS A RECOLHER		3.870,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		3.870,00
2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
2.4.1 - CAPITAL SOCIAL		
2.4.1.01 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		
2.4.1.01.0001 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		100.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		100.000,00
2.4.6 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.4.6.01 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.4.6.01.0002 - RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		599.624,66
RESULTADOS ACUMULADOS		599.624,66
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		703.494,66

ABR 2025
OCOLO

BALANÇO PATRIMONIAL

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000003

ENCERRADO EM: 31/12/2024

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 DE DEZEMBRO DE 2024 conforme documentação apresentada.

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
FUNÇÃO: SOCIO GERENTE

[redacted]

[redacted]

JOSE JOSIMARIO DE SANTANA
FUNÇÃO: TECN CONTABIL

[redacted]

TC/CRC: 1SP191592O3

JUCESP
03 ABR 2025
SIMCOMÉRCIO - GUARULHOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO

ALCIO E SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

119.485/25-4 [redacted]

JUCESP

BALANÇO PATRIMONIAL

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

JUCESP

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2023

3 4 25

1 - ATIVO
1.1 - ATIVO CIRCULANTE
1.1.1 - DISPONÍVEL

1.1.1.02 - DEPOSITOS BANCÁRIOS	
1.1.1.02.0001 - Banco Itau - Ag 8454 - Conta 99.278 -8	113.986,58 D
DEPOSITOS BANCÁRIOS	113.986,58 D

37

1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.3 - IMOBILIZADO

1.2.3.01 - BENS	
1.2.3.01.0002 - INSTALAÇÕES	646,10 D
1.2.3.01.0003 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	8.774,95 D
BENS	9.421,05 D

Total do ATIVO	123.407,63 D

2 - PASSIVO
2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.4.1 - CAPITAL SOCIAL

2.4.1.01 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	
2.4.1.01.0001 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	100.000,00 C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C

2.4.6 - RESULTADOS ACUMULADOS

2.4.6.01 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.4.6.01.0002 - RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	23.407,63 C
RESULTADOS ACUMULADOS	23.407,63 C

Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.407,63 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 DE DEZEMBRO DE 2023 conforme documentação apresentada.

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
FUNÇÃO: SOCIO GERENTE

[redacted]

[redacted]

JOSE JOSIMARIO DE SANTANA
FUNÇÃO: TECN CONTABIL

[redacted]

TC/CRC: 1SP191592O3

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
119.484/25-0
ALDIRIO E SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

JUCESP
03 ABR 2025
COMÉRCIO - GUARULHOS

BALANÇO PATRIMONIAL

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2023

1 - ATIVO	
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	
1.1.1 - DISPONÍVEL	
1.1.1.02 - DEPOSITOS BANCÁRIOS	
1.1.1.02.0001 - Banco Itau - Ag 8454 - Conta 99.278 -8	113.986,58 D
DEPOSITOS BANCÁRIOS	113.986,58 D
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	
1.2.3 - IMOBILIZADO	
1.2.3.01 - BENS	
1.2.3.01.0002 - INSTALAÇÕES	646,10 D
1.2.3.01.0003 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	8.774,95 D
BENS	9.421,05 D
Total do ATIVO	**123.407,63 D**
2 - PASSIVO	
2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2.4.1 - CAPITAL SOCIAL	
2.4.1.01 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	
2.4.1.01.0001 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	100.000,00 C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C
2.4.6 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.4.6.01 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.4.6.01.0002 - RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	23.407,63 C
RESULTADOS ACUMULADOS	23.407,63 C
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**123.407,63 C**

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2023 conforme documentação apresentada.

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
FUNÇÃO: SOCIO GERENTE

[redacted]

[redacted]

JOSE JOSIMARIO DE SANTANA
FUNÇÃO: TECN CONTABIL

[redacted]

TC/CRC: 1SP191592O3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BIOLUX REVOLUTION LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.596.761/0001-99
Certidão nº: 81128490/2024
Expedição: 24/11/2024, às 10:39:01
Validade: 23/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BIOLUX REVOLUTION LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.596.761/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1157005 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 12/05/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

BIOLUX DO BRASIL LTDA, CNPJ: 51.596.761/0001-99, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Não é necessária a complementação com a certidão do sistema eproc.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.596.761/0001-99

Razão Social: BIOLUX REVOLUTION LTDA

Endereço: R COBALTO 71 / PARQUE SAO PEDRO / ITAQUAQUECETUBA / SP / 08586-120

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/05/2025 a 03/06/2025

Certificação Número: 2025050507086338038745

Informação obtida em 12/05/2025 13:33:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 51.596.761/0001-99

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	25020471241-41
Data e hora da emissão	10/02/2025 14:39:32
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7846344 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 08/01/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

BIOLUX DO BRASIL, CNPJ: 51.596.761/0001-99, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 9 de janeiro de 2025.

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BIOLUX DO BRASIL LTDA
CNPJ: 51.596.761/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 20:04:35 do dia 09/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/07/2025.
Código de controle da certidão: **4D60.9614.E482.41BC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba

AVENIDA VEREADOR JOÃO FERNANDES DA SILVA, N° 283 - CEP 08576-000 - VL VIRGÍNIA - FONE 47537000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUINTE

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal

N° 8978/2025

Número do Processo: /

Interessado: 51.596.761/0001-99

Ressalvado o direito da Secretaria Municipal da Receita do Município de Itaquaquecetuba/SP lançar, cobrar e inscrever em dívida ativa, quaisquer valores que forem apurados oportunamente, CERTIFICAMOS, que nesta data, não constam em nossos registros, débitos tributários e não tributários vencidos, do contribuinte abaixo identificado.

CRC	**618452 Crc Original: 618452 Situação: Ativo**
Razão Social/Nome	**BIOLUX DO BRASIL LTDA**
Nome Social	
CNPJ / CPF	**51.596.761/0001-99**
Inscrição Estadual/RG	**379.597.590.117**
Endereço	**08586-120 - RUA COBALTO, 71**
Bairro	**PARQUE SAO PEDRO Cidade ITAQUAQUECETUBA Estado SP**

[redacted]

Michele Aparecida de Oliveira

Resp pela Diretoria Divisão de Cont e Cobr da Dívida

ITAQUAQUECETUBA, 16 de Maio de 2025

Esta Certidão é valida até: 15/11/2025

Data Geração: 16/05/2025 **Data Emissão:** 16/05/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet: **http://www.itaquaquecetuba.sp.gov.br**

Identificação 23926427

Número da Certidão: 8978/2025

Controle: 618452

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba

AVENIDA VEREADOR JOÃO FERNANDES DA SILVA, N° 283 - CEP 08576-000 - VL VIRGÍNIA - FONE 47537000

SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUINTE

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal

N° 16500/2024

Número do Processo: /

Interessado: 51.596.761/0001-99

Ressalvado o direito da Secretaria Municipal da Receita do Município de Itaquaquecetuba/SP lançar, cobrar e inscrever em dívida ativa, quaisquer valores que forem apurados oportunamente, CERTIFICAMOS, que nesta data, não constam em nossos registros, débitos tributários e não tributários vencidos, do contribuinte abaixo identificado.

CRC	**618452 Crc Original: 618452 Situação: Ativo**
Razão Social/Nome	**BIOLUX REVOLUTION LTDA**
Nome Social	
CNPJ / CPF	**51.596.761/0001-99**
Inscrição Estadual/RG	**379.597.590.117**
Endereço	**08586-120 - RUA COBALTO, 71**
Bairro	**PARQUE SAO PEDRO Cidade ITAQUAQUECETUBA Estado SP**



Michele de Oliveira

Diretora Divisão Dívida Ativa

ITAQUAQUECETUBA, 23 de Janeiro de 2025

Esta Certidão é valida até: 14/05/2025

Data Geração: 14/11/2024 **Data Emissão:** 23/01/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet: **http://www.itaquaquecetuba.sp.gov.br**

Identificação 23914909

Número da Certidão: 16500/2024

Controle: 618452

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2757568029

2 e 1 NOME E SOBRENOME [redacted]

1ª HABILITAÇÃO 23/08/2002

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 09/02/1984, PALMARES, PE

4a DATA EMISSÃO 14/03/2024

4b VALIDADE 14/03/2029

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF [redacted]

4d CPF [redacted]

5 Nº REGISTRO [redacted]

9 CAT HAB B

NACIONALIDADE BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
PEDRO JOSE DA SILVA
MARIA NATALINA DA SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR [redacted]

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		14/03/2029	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
30548620346
SP023415822

LOCAL ARUJA, SP

2757568029

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade / Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA024912657<358<<<<<<<<<<<
8402091M2903149BRA<<<<<<<<<<<4
AMARO<<PEDRO<CAMPOS<DA<SILVA<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

GRUPO BIOLUX

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

Declaro que a empresa BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.596.761/0001-99 estabelecida na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, no endereço Rua Cobalto, 71 – Parque São Pedro, telefone nº 11 94003-4261, por meio de seu representante AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador do R.G nº [redacted] expedido pela SSP/SP, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços. Por ser verdade, firmo o presente.

SÃO PAULO, 04 de junho de 2025

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

Diretor Executivo

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.596.761/0001-99

Razão Social: BIOLUX REVOLUTION LTDA

Endereço: R COBALTO 71 / PARQUE SAO PEDRO / ITAQUAQUECETUBA / SP / 08586-120

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/01/2025 a 23/02/2025

Certificação Número: 2025012522156338038723

Informação obtida em 11/02/2025 10:23:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Positiva de Débitos

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 62975/2025 Validade: 01/07/2025

Razão social:
BIOLUX DO BRASIL LTDA

CNPJ:
51.596.761/0001-99

Num. Registro:
88701

Data do Registro:
28/05/2025

Capital Social:
R$ 100.000,00

Endereço:
RUA COBALTO, 71, PARQUE SAO PEDRO

CEP:
8586120

Cidade:
ITAQUAQUECETUBA-SP

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
07/01/2025

Objetivo Social:
Serviços de engenharia (CNAE 71120-00).
Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente (CNAE 20193-99); Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente (CNAE 20991-99); Coleta de resíduos perigosos (CNAE 38122-00); Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis minerais, produtos siderúrgicos e químicos (CNAE 46125-00); Comércio atacadista de alimentos para animais (CNAE 46231-09); Comércio atacadista de cimento (CNAE 46745-00); Comércio atacadista de lubrificantes (CNAE 46818-05); Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46834-00); Comércio atacadista de resinas e elastômeros (CNAE 46842-01); Comércio atacadista de solventes (CNAE 46842-02); Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários (CNAE 46923-00); Comércio varejista de lubrificantes (CNAE 47326-00); Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (CNAE 47890-99); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE 49302-02);

Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas, não especificadas anteriormente (CNAE 82997-99); Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 71197-03); Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente (CNAE 42995-99)/ Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura, não especificadas anteriormente (CNAE 71197-99), Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes (CNAE 43291-03); Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (CNAE 43223-01); Coleta de resíduos não perigosos (CNAE 38114-00); Transporte rodoviário de produtos perigosos (CNAE 49302-03), Agenciamento de cargas-exceto para o transporte marítimo (CNAE 52508-03), Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto (CNAE 42235-00), Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente (CNAE 50998-99), Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras (CNAE 43991-04); Transporte aéreo de carga (CNAE 51200-00), Serviços de redes de transporte de telecomunicações (SRTT) (CNAE 61108-02); Transporte ferroviário de carga (CNAE 49116-00), Transporte metroviário (CNAE 49124-03), Transporte rodoviário de mudanças (CNAE 49302-04); Operador de transporte multimodal (OTM) (CNAE 52508-O5); Organização logística do transporte de carga (CNAE 52508-04), Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração (CNAE 43223-02); Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (CNAE 46338-01); Comércio atacadista de artigos de armarinho (CNAE 46419-03), Auditoria e consultoria atuarial (CNAE 66215-02); Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícola e pecuária (CNAE 74901-03); Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica (CNAE 70204- DO); Consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62040-00)

Restrição de atividade:
As atividades técnicas devem estar circunscritas às atribuições do responsável técnico.

Possui débitos de anuidade
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 51.596.761/0001-99

NOME CIVIL: JONATHAN DE CARVALHO COUTO

Carteira: SP-5069657366/D - Data de expedição: 03/11/2015

Desde 28/05/2025 - Carga horária: 12h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Para fins de: Cadastro

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 166027/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 29/05/2025 13:47:17

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	**Data da consulta:**	**CR emitido em:**	**CR válido até:**
8627754	14/03/2025	14/03/2025	14/06/2025

Dados básicos:

CNPJ : 51.596.761/0001-99
Razão Social : BIOLUX REVOLUTION LTDA
Nome fantasia : BIOLUX REVOLUTION LTDA
Data de abertura : 27/07/2023

Endereço:

logradouro: RUA COBALTO
N.º: 71 Complemento:
Bairro: PARQUE SÃO PEDRO Município: ITAQUAQUECETUBA
CEP: 08586-120 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	**Descrição**
15-21	Prod. de substâncias e fab. de prod químicos - Res. CONAMA 463/2014 / Res. CONAMA 472/2015
18-1	Transporte de cargas perigosas
18-64	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Resolução CONAMA nº 463/2014 / Resolução CONAMA nº 472/2015

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	67E67QNGB4HBKJH1

GRUPO BIOLUX

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 51.596.7610001-99, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador(a) da Carteira de Identidade n. [redacted] 04,DECLARA, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:
(X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007. DECLARA ainda:
1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

SÃO PAULO, 04 de junho de 2025

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

Diretor Executivo

GRUPO BIOLUX

DECLARAÇÃO LGPD

Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 51.596.7610001-99, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador(a) da Carteira de Identidade n.[redacted] DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
1.2. referentes a participações societárias;
1.3. informações inseridas em contratos sociais;
1.4. endereços físicos e eletrônicos;
1.5. estado civil;
1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
1.7. relações de parentesco;
1.8. número de telefone;
1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

SÃO PAULO, 04 de junho de 2025

[redacted]

_____

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

Diretor Executivo

GRUPO BIOLUX

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGA MENOR

Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.596.761/0001-99 estabelecida na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, no endereço Rua Cobalto, 71 – Parque São Pedro, telefone nº 11 94003-4261, por meio de seu representante AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador do R.G nº [redacted]

DECLARAÇÃO de não empregar menor.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

SÃO PAULO, 04 de junho de 2025

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA

Diretor Executivo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2023

3 - RECEITAS	
3.1 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
3.1.1 - RECEITA BRUTA	
3.1.1.01 - VENDA BRUTA	
3.1.1.01.0002 - RECEITA DE SERVIÇOS	161.913,06 C
VENDA BRUTA	161.913,06 C
Total de RECEITAS	**161.913,06 C**
(=) RECEITA LÍQUIDA	**161.913,06 C**
(=) LUCRO BRUTO	**161.913,06 C**
5 - DESPESAS	
5.1 - DESPESAS OPERACIONAIS	
5.1.1 - DESPESAS OPERACIONAIS	
5.1.1.01 - DESPESAS COMERCIAIS/ADMINISTRATIVAS	
5.1.1.01.0002 - SALÁRIOS E ORDENADOS	64.189,25 D
5.1.1.01.0006 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	285,00 D
5.1.1.01.0018 - ENERGIA ELÉTRICA	1.176,39 D
5.1.1.01.0019 - ÁGUA	1.969,02 D
5.1.1.01.0023 - ALUGUÉIS	33.000,00 D
5.1.1.01.0025 - INTERNET	360,00 D
5.1.1.01.0026 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E...	64,35 D
5.1.1.01.0027 - COMBUSTIVEL	15.288,86 D
5.1.1.01.0028 - MAT DE LIMPESA E CONSERVAÇÃO	6.749,79 D
5.1.1.01.0029 - MANUTENÇÃO DE VEICULOS	660,00 D
5.1.1.01.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	12.019,07 D
5.1.1.01.0031 - REFEIÇÕES DIVERSAS	2.743,70 D
DESPESAS COMERCIAIS/ADMINISTRATIVAS	138.505,43 D
Total de DESPESAS	**138.505,43 D**
(=) LUCRO OPERACIONAL	**23.407,63 C**
Resultado Financeiro:	
Outras Receitas/Despesas:	
(=) LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, PARTICIP. E CONTRIBUIÇÕES	**23.407,63 C**
Provisão de Impostos:	
Participações e Contribuições:	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000003

ENCERRADO EM: 31/12/2023

(=) Total do LUCRO do Período:	**23.407,63 C**

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2023 conforme documentação apresentada.

[redacted]

[redacted]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

9999 BIOLUX REVOLUTION LTDA

CNPJ: 51.596.761/0001-99

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2024

3 - RECEITAS	
3.1 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
3.1.1 - RECEITA BRUTA	
3.1.1.01 - VENDA BRUTA	
3.1.1.01.0002 - RECEITA DE SERVIÇOS	1.118.573,07 C
VENDA BRUTA	1.118.573,07 C
Total de RECEITAS	1.118.573,07 C
(=) RECEITA LÍQUIDA	**1.118.573,07 C**
(=) LUCRO BRUTO	**1.118.573,07 C**
5 - DESPESAS	
5.1 - DESPESAS OPERACIONAIS	
5.1.1 - DESPESAS OPERACIONAIS	
5.1.1.01 - DESPESAS COMERCIAIS/ADMINISTRATIVAS	
5.1.1.01.0001 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	1.898,49 D
5.1.1.01.0002 - SALÁRIOS E ORDENADOS	204.300,00 D
5.1.1.01.0018 - ENERGIA ELÉTRICA	4.699,98 D
5.1.1.01.0019 - ÁGUA	6.324,75 D
5.1.1.01.0023 - ALUGUÉIS	132.000,00 D
5.1.1.01.0024 - DEPRECIAÇÃO	27.312,00 D
5.1.1.01.0025 - INTERNET	1.440,00 D
5.1.1.01.0027 - COMBUSTIVEL	108.722,27 D
5.1.1.01.0028 - MATERIAL DE LIMPESA E CONSERVAÇÃO	2.279,89 D
5.1.1.01.0029 - MANUTENÇÃO DE VEICULOS	2.670,00 D
5.1.1.01.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	9.277,39 D
5.1.1.01.0031 - REFEIÇÕES DIVERSAS	18.023,64 D
DESPESAS COMERCIAIS/ADMINISTRATIVAS	518.948,41 D
Total de DESPESAS	518.948,41 D
(=) LUCRO OPERACIONAL	**599.624,66 C**
Resultado Financeiro:	
Outras Receitas/Despesas:	
(=) LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, PARTICIP. E CONTRIBUIÇÕES	**599.624,66 C**
Provisão de Impostos:	
Participações e Contribuições:	
(=) Total do LUCRO do Período:	**599.624,66 C**

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2024 conforme documentação apresentada.

[redacted]

[redacted]

GRUPO BIOLUX

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

BIOLUX DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.596.761/0001-99 estabelecida na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, no endereço Rua Cobalto, 71 – Parque São Pedro, telefone nº 11 94003-4261, por meio de seu representante AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, portador do R.G nº [redacted]o pela SSP/SP, e-mail bioluxdobrasil@gmail.com, Cel: 011 94003-4261

Dispensa Eletrônica N° 90005/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 160019 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM

TIPO DE DISPUTA: MENOR VALOR

OBJETO: O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação, por dispensa de licitação, de Contratação de serviços de manutenção corretiva com troca de peças da Unitarizadora modelo Totalpack X-40 e com treinamento operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

DO ITEM

Valor global R$ 36.998,00 (Trinta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UN	QNT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	ManutenÁ„o corretiva com troca de peÁas e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. ServiÁos compreendidos de manutenÁ„o: Limpeza da cabeÁa de impress„o; Limpeza dos discos; VerificaÁ„o e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; LubrificaÁ„o nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; VerificaÁ„o do funcionamento dos sensores; Testes de calibraÁ„o e ajustes de funcionamento Treinamento operacional PeÁas trocadas:	5428	SV	1	R$ 36.998,00	R$ 36.998,00

	Drive, cabeÁa de impress„o, resistÍncia, termopar, PirÙmetro, compressor, eletrov·lvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manÙmetro, sensor de tarja.					

DA VALIDADE DA PROPOSTA

60 dias

DO INICIO DA EXECUÇÃO

CONFORME EDITAL

DAS DECLARAÇÕES

- **Declaramos** que o preço compreende todos os custos necessários à prestação dos serviços objeto deste contrato, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias a sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.
- **Declaramos** não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016**.**
- **Declaramos** Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado
- **Declaramos** que A EMPRESA abaixo qualificada COMPROMETE-SE com a prática do "Trabalho Decente", que, para efeitos desta Declaração, considera-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.
- **Declaramos** Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar a CONTRADA.
- **Declaramos** Não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na

condição de aprendiz;

- **Declaramos** proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço.
- **Declaramos** A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- **Declaramos** Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz
- **Declaramos** o Atendimento ao art. 14, inciso I e/ou II da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao art. 204, inciso I da Lei Municipal nº 4.928/92
- **Declaramos** que, caso objeto seja relativo à execução de obra ou projeto, a empresa terá como responsável técnico pela execução do objeto, o profissional cujo acervo técnico foi apresentado como comprovação da qualificação técnica da licitante.
- **Declaramos** que até o momento não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, Art. 4º da Lei 14.133/21.
- **Declaramos** Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

Declaramos sob as penalidades da Lei, e para fins de participação no Processo de Dispensa que:

- Proposta ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES e todas as exigências constantes no Aviso da Dispensa e seus anexos, sendo que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, taxas, fretes, embalagens, seguros e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da contratação em referência;
- Que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Aviso da Dispensa e seus Anexos.
- Cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta contratação.

Neste ato a empresa é representada por AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA, empresário, CPF: 324.400.628-04, RG: 35.316.361-2, Av Henrique Eroles 500– Alto do Ipiranga, cidade de Mogi das cruzes – São Paulo.

DADOS PARA PAGAMENTO:

BANCO: BANCO DO BRASIL /AGÊNCIA: 1195-9 / N.º DA CONTA: 42094-8

BIOLUX DO BRASIL - CNPJ: 51.596.761/0001 – 99
ENDEREÇO: RUA COBALTO, 71 – JD SÃO PEDRO – ITAQUAQUECETUBA/SP
TELEFONE: (11) 94003-4261 / E-MAIL: bioluxdobrasil@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
CARGO: PROPRIETÁRIO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: [redacted]

SÃO PAULO, 04 de junho de 2025

[redacted]

AMARO PEDRO CAMPOS DA SILVA
Diretor Executivo

Comprovante de inscrição e de situação cadastral

Cadastro - CCM	Inscrição Municipal	CPF/CNPJ	Inscrição Estadual	Data Inicio Atividade
59405	**59405**	**51.596.761/0001-99**	**379.597.590.117**	**28/07/2023**

Nome
BIOLUX DO BRASIL LTDA

Nome Fantasia

Endereço	CEP
08586-120 - RUA COBALTO, 71	**08586-120**

Bairro	CIdade	U.F
PARQUE SAO PEDRO	**ITAQUAQUECETUBA**	**SP**

Situação Cadastral	Simples Nacional	Tipo ISS	Tipo de empresa
Ativo	**Sim**	**Variavel**	**EMPRESA**

Código e descrição da atividade econômica principal

Código e descrição das atividades de licença

Código e descrição das atividades de serviço

07.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

07.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

07.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

07.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

03.01 - Vetado na Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003 (Locação de Bens móveis)

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

01.06 - Assessoria e consultoria em informática.

01.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados.

03.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios, virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer n

Código e descrição das atividades de serviço

07.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concret

07.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

07.05 - Reparação, Conservação e Reforma

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

17.14 - Advocacia.

17.16 - Auditoria.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam s

07.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florest

07.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

07.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

17.08 - Franquia (franchising).

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuaria e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.21 - Estatística.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

Código e descrição dos CNAEs

4683-4/00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

4684-2/01 - Comércio atacadista de resinas e elastômeros

4684-2/02 - Comércio atacadista de solventes

2093-2/00 - Fabricação de aditivos de uso industrial

4612-5/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos

4623-1/09 - Comércio atacadista de alimentos para animais

2099-1/99 - Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente

4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

4674-5/00 - Comércio atacadista de cimento

8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos

4692-3/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários

4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes

2019-3/99 - Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente

4681-8/05 - Comércio atacadista de lubrificantes

7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes

7112-0/00 - Serviços de engenharia

7119-7/03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119-7/99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
4930-2/04 - Transporte rodoviário de mudanças
4641-9/03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
6621-5/02 - Auditoria e consultoria atuarial
6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação
5250-8/03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo
5250-8/04 - Organização logística do transporte de carga
4223-5/00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
5250-8/05 - Operador de transporte multimodal - OTM
4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
5099-8/99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
4633-8/01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos
4911-6/00 - Transporte ferroviário de carga
7490-1/03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
4912-4/03 - Transporte metroviário
5120-0/00 - Transporte aéreo de carga
6110-8/02 - Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT
4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
51.596.761/0001-99	BIOLUX DO BRASIL LTDA	30/01/2025 12:22:40	591E4581D61938317F054EA4B0A9F29508B8D76C

Balanço Patrimonial (BP)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/08/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Titulo

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
BIOLUX REVOLUTION LTDA:51596761000199	51.596.761/0001-99	30/01/2025 12:22:40	Participante	Certificado Digital

CENTRAL DE BALANÇOS

RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
51.596.761/0001-99	BIOLUX DO BRASIL LTDA	30/01/2025 12:15:29	FC9C765F952E775C9789D53D34BDD99EE46B7C7C

Balanço Patrimonial (BP)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
03/01/2024	31/12/2024	Não	Participante-Upload

Titulo

balanço

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
Outro - Anexo	DRE	

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
BIOLUX REVOLUTION LTDA:51596761000199	51.596.761/0001-99	30/01/2025 12:15:29	Participante	Certificado Digital

RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
51.596.761/0001-99	BIOLUX DO BRASIL LTDA	30/01/2025 12:18:08	A3C1B3CCD286591517394EF242FE2295E978D835

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	Não	Participante-Upload

Titulo

DRE

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
BIOLUX REVOLUTION LTDA:51596761000199	51.596.761/0001-99	30/01/2025 12:18:08	Participante	Certificado Digital

CENTRAL DE BALANÇOS

RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
51.596.761/0001-99	BIOLUX DO BRASIL LTDA	30/01/2025 12:24:01	6779395C852B3D0FB0C29E15F189CAA066FE3C8B

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/08/2023	31/12/2025	Não	Participante-Upload

Titulo

DRE

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
BIOLUX REVOLUTION LTDA:51596761000199	51.596.761/0001-99	30/01/2025 12:24:01	Participante	Certificado Digital

__ SIAFI2025-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
08/01/25 10:41 USUARIO: MARCOS FELIPE

DATA EMISSAO : 07Jan25 VALORIZACAO : 07Jan25 NUMERO : 2025NC401253
UG EMITENTE : 167505 - DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 167019 / 00001 - H GU TABATINGA
OBSERVACAO
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO P/ ATENDER CONVENIO 004/2020-QUARTO TERMO ADTV
ATD DIEX NR 103/DIR DE 07JAN25 - EXECUTAR CONFORME PLANO DE TRABALHO DEFINIDO
EMPENHAR ATÉ 31 DE MARÇO DE 2025
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	2	215842	1000000000	339039		167505	D8SACONVAMZ	372.768,39

LANCADO POR : 02534032194 - ALDEISA COSTA UG : 167505 07Jan25 18:36
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

Data e hora da consulta: 17/06/2025 13:16
Usuário: ***.071.577-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167019	HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.623.258/0002-08	AV. DA AMIZADE 887 - CENTRO	69640-000

Município	UF	Telefone
TABATINGA	AM	PABX (97)3412-2403 - OD (97)3412-2577

Ano	Tipo	Número
2025	NE	174

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	215842	1000000000	339039	167505	D8SACONVAMZ

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
12/06/2025	Global	64597.002923/2025-82	0,0000	34.575,73

Favorecido

Código	Nome
51.596.761/0001-99	BIOLUX REVOLUTION LTDA

Endereço	CEP
COBALTO 71 PARQUE SAO PEDRO	08586-120

Município	UF	Telefone
ITAQUAQUECETUBA	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO CORRETIVA COM TROCA DE PEÇAS E TREINAMENTO OPERACIONAL DE UMA UNITARIZADORA MODELO TOTALPACK, X-40, CONFORME REQ NR 86 ¿ SET FARM, DE 12 DE JUN 25. 2025NC401253 - DGP, DE 07JAN25. CUMPRINDO OEO 2. CONVÊNIO 4º TERMO ADITIVO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS (SES-AM), O COMANDO DA 12ª RM. POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA. (DISPENSA NR 05/2025, BIOLUX DO BRASIL LTDA).

Local da Entrega

TABATINGA- AM

Informação Complementar

16001906900052025 - UASG Minuta: 160019

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/06/2025 12:59:16	Alteração

Data e hora da consulta: 17/06/2025 13:16
Usuário: ***.071.577-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	34.575,73

Subelemento 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Manutenção corretiva com troca de peças e treinamento operacional de uma unitarizadora modelo Totalpack, X-40. Serviços compreendidos de manutenção: Limpeza da cabeça de impressão; Limpeza dos discos; Verificação e regulagem do sistema de prensas de selagem Regulagem de discos; Lubrificação nas correntes e engrenagens; Alinhamento dos suprimentos; Verificação do funcionamento dos sensores; Testes de calibração e ajustes de funcionamento; Treinamento operacionalPeças a serem trocadas: Drive, cabeça de impressão, resistência, termopar, Pirômetro, compressor, eletroválvula, mangueira compressor, conector engate borracha mordente, borracha batente impressora, manômetro, sensor de tarja.	34.575,73

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12/06/2025	Inclusão	1,00000	34.575,7300	34.575,73

Assinaturas

Ordenador de Despesa
RONALDO ROCHA DOS SANTOS
***.836.732-**
13/06/2025 12:59:16

Responsável pela Nota de Empenho
VINICIUS CARVALHO DE JESUS
***.071.577-**
13/06/2025 09:26:06

Versão	Data/Hora	Operação
002	13/06/2025 12:59:16	Alteração

MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2025, procedemos ao encerramento deste volume nº 01 do processo nº **64597.005784/2024-68** contendo 201 folhas.



VINÍCIUS CARVALHO DE JESUS – CAP
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos